



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
TURMA-2019

MATHEUS DOS SANTOS FILHO

**A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM
AGROECOLOGIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BICO DO
PAPAGAIO PADRE JOSIMO (EFA PADRE JOSIMO)**

Marabá – PA
2024

MATHEUS DOS SANTOS FILHO

**A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS
EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BICO
DO PAPAGAIO PADRE JOSIMO (EFA PADRE JOSIMO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, como requisito para obtenção de conceito do grau de Licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Profa. Dra. Laila Mayara Drebes

Marabá – PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Biblioteca
Setorial Campus do Taurizinho

- S237e Santos Filho, Matheus dos
A educação cooperativista na formação de Técnicos em Agroecologia na Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFA Padre Josimo) / Matheus dos Santos Filho. — 2024.
74 f. : il. color.
- Orientador(a): Laila Mayara Drebes.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2024.
1. Educação cooperativa. 2. Educação rural. 3. Agricultura familiar. 4. Pesquisa-ação em educação. 5. Juventude rural. I. Drebes, Laila Mayara, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 371.227

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

**A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS
EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BICO
DO PAPAGAIO PADRE JOSIMO (EFA PADRE JOSIMO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, para obtenção de conceito de licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Laila Mayara Drebes

Data de Aprovação: 04/03/2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Laila Mayara Drebes (Orientadora - Presidenta), UNIFESSPA

Prof. Dr. Haroldo de Souza (Examinador interno), UNIFESSPA

Profa. Dra. Renata Rauta Petarly (Examinadora externa), UFNT

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (avós maternos), Antonia Gomes dos Santos e Antonio Alves dos Santos, e à minha mãe, Maria Sandyleia Gomes dos Santos. Responsáveis por todos os exemplos e princípios passados para mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador da vida, que me concedeu a concretização dessa graduação de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

À minha orientadora, Laila Mayara Drebes, que não mediu esforços para contribuir com diálogos, orientações e os direcionamentos necessários durante a construção deste trabalho. Grato, pois com sua parceria minhas expectativas foram superadas.

Aos professores Haroldo de Souza e Renata Rauta Petarly, por terem aceitado participar da banca de defesa. Vocês foram muito importantes para minha trajetória acadêmica.

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em nome da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis por me proporcionar ser contemplado com bolsa e auxílios durante o percurso acadêmico. Agradeço também em especial à Faculdade de Educação do Campo (Fecampo) e a todos seus servidores.

À turma 2019 de Licenciatura em Educação do Campo, enfatizando a turma de Ciências Agrárias e da Natureza, que esteve comigo de forma mais presente durante esse período de formação acadêmica.

À grande liderança sindicalista Maria Senhora Carvalho da Silva, por todos os ensinamentos e contribuições durante meu percurso acadêmico e de militância nos movimentos sociais nos quais transito.

Ao Revone Miranda da Silva, que sempre me apoiou e contribuiu muito para que eu pudesse concluir minha graduação.

À aldeia Akrãtikatêjê, onde morei por um determinado período e construí minha segunda família, Hõtairãre Aprakwyiti Airomkenti, Claydivaldo da Costa Valdenilson e Tatakiti Airomkenti Valdenilson. Obrigado pelo acolhimento e cada momento que me proporcionaram vivenciar junto de vocês.

À aldeia Akrotikatêjê, em nome de Proprototi Burjack Parkrekapare e sua esposa Rayane Txebuare Proprototi.

À Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFA Padre Josimo), por ter me proporcionado cursar o Técnico em Agroecologia e oportunizar minha inserção na militância em todos os movimentos sociais a qual faço parte.

Aos meus professores de ensino médio, Gleison Gomes de Sousa Santos e Suely Carvalho Lima da Silva, que sempre estiveram presentes me apoiando durante minha trajetória profissional e acadêmica.

Aos companheiros e companheiras que durante minha trajetória acadêmica não somaram esforços em me concederem entrevistas: João Palmeira Junior, Osmarina Carvalho Nascimento, Irene Florida da Silva, José Nilton Moraes de Almeida, Joaquim Pinto Ribeiro vulgo “Poeirinha”, Sebastião Moura Carvalho (*in memorian*), Antônio Pereira dos Santos vulgo “Pracatão”.

Aos professores Miqueias Alves da Rocha Cesar e Graciete Sousa Barbosa Cardoso, por todas as contribuições durante meus estágios de docência na Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo-EFA Padre Josimo.

Ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), ao ULES de Buriti - Unidade Local de Execução de Serviços de Buriti, em nome do companheiro José Jean Torquato Gonçalves, por ter contribuído na minha formação profissional e acadêmica.

Aos companheiros Júlio Nelço Ferreira de Sousa e Francisco Gomes da Silva, que sempre colaboraram durante a minha trajetória acadêmica.

Aos movimentos sociais e organizações que faço parte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina Tocantins (STTR); Associação da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio (AEFA); Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina-TO (COOAF-Bico); Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P.A Santa Cruz II, da qual sou presidente; Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática; Grupo de Trabalho de Juventudes da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Grupo de Trabalho de Juventudes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA); Grupo de Trabalho de Agroecologia da Unicafes; Juventudes e Amazônia da rede eclesial Pan-Amazônica (REPAM); Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Tocantins (FECAFES-TO); Rede Amazônica contra os agrotóxicos; GT de Juventudes das Comunidades Rurais do Bico do Papagaio; Coletivo Nacional de Juventudes da Unicafes.

Também aos movimentos sociais e organizações que não atuo, porém me sinto representado: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO); Associação das Mulheres de

Buriti (AMB); União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Tocantins (Unicafes-TO); Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Tocantins (FETAET).

RESUMO

Um dos ambientes mais favoráveis para o estabelecimento de diferentes tipos de relações de cooperação é na escola, onde essas relações podem impactar positivamente na formação autônoma de cada indivíduo. O objetivo geral do estudo consistiu em problematizar a Educação Cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo, localizada em Esperantina/TO, na região do Bico do Papagaio. Especificamente, visou: descrever o processo de criação da EFA Padre Josimo e do curso Técnico em Agroecologia; analisar a relação dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo com o cooperativismo; e refletir sobre as potencialidades, os limites e os desafios do processo de inserção da educação cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo, a partir da intervenção pedagógica realizada. A pesquisa foi realizada utilizando a metodologia de pesquisa-ação envolvendo a turma da 2^o série do ensino médio do curso Técnico em Agroecologia (curso integrado ao ensino médio), na disciplina de Redes Solidárias. A intervenção foi realizada em quatro etapas: 1) aplicação de questionário diagnóstico sobre educação cooperativista; 2) desenvolvimento da temática educação cooperativista; 3) visita em cooperativa; e 4) culminância e avaliação da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado com os estudantes, associado a observações participantes da intervenção pedagógica registradas em caderno de campo. De maneira complementar, foram realizadas entrevistas com lideranças regionais e consultados documentos locais da instituição de ensino e de cooperativas. A EFA Padre Josimo e seu curso Técnico em Agroecologia foram criados a partir das lutas dos camponeses da região do Bico do Papagaio (organizados em movimentos sociais), pelo acesso e permanência na terra, associada à luta por direitos sociais, entre os quais a educação. A criação da escola e do curso adveio de uma demanda das comunidades da região por uma educação contextualizada à realidade do campo. Mas apesar do histórico da região do Bico do Papagaio ser caracterizado por diferentes formas de organização social dos camponeses e no próprio município sede da EFA Padre Josimo existir uma cooperativa do campesinato, os estudantes do curso Técnico em Agroecologia, que residem e estudam na região, inicialmente apresentaram pouca proximidade com o tema do cooperativismo e com cooperativas, tendo apenas uma compreensão geral a respeito. De 28 estudantes questionados, apenas 5 afirmaram que já haviam tido algum tipo de contato com organizações cooperativas e apenas 5 informaram que existiam pessoas cooperadas em seus núcleos familiares. No âmbito da disciplina de Redes Solidárias, foi possível inserir temáticas relacionadas ao cooperativismo de forma contextualizada à realidade regional, com foco na agricultura familiar, a partir de aulas teóricas

e práticas, incluindo a visita em uma cooperativa de grupos camponeses, com manifestação de interesse por parte dos estudantes. Dentro de um curso técnico profissionalizante, o desenvolvimento de conhecimentos sobre cooperação e cooperativismo é interessante não apenas para a construção de uma cultura de solidariedade entre as pessoas, mas também é uma possibilidade de futuro em termos de organização social e de inserção trabalhista para esses estudantes, seja como agricultores cooperados, seja como técnicos de cooperativas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Cooperativismo; Educação do Campo; Juventude; Pesquisa-ação.

ABSTRACT

One of the most favorable environments for establishing different types of cooperative relationships is at school, where these relationships can positively impact the autonomous formation of each individual. The general objective of the study was to problematize Cooperative Education in the training of agroecology technicians at EFA Padre Josimo, located in Esperantina/TO, in the Bico do Papagaio region. Specifically, it aimed to: describe the process of creating EFA Padre Josimo and the Technical course in Agroecology; analyze the relationship between students on the Technical Agroecology course at EFA Padre Josimo and cooperativism; and reflect on the potential, limits and challenges of the process of inserting cooperative education in the training of agroecology technicians at EFA Padre Josimo, based on the pedagogical intervention carried out. The research was carried out using the action research methodology involving the 2nd grade high school class of the Technical Agroecology course (course integrated into high school), in the Solidarity Networks discipline. The intervention was carried out in four stages: 1) application of a diagnostic questionnaire on cooperative education; 2) development of the theme of cooperative education; 3) cooperative visit; and 4) culmination and evaluation of the research. Data were collected through a questionnaire applied to students, associated with participant observations of the pedagogical intervention recorded in a field notebook. In addition, interviews were carried out with regional leaders and local documents from the educational institution and cooperatives were consulted. EFA Padre Josimo and its Technical course in Agroecology were created from the struggles of peasants in the Bico do Papagaio region (organized in social movements), for access and permanence on the land, associated with the struggle for social rights, including education. The creation of the school and the course came from a demand from communities in the region for education contextualized to the reality of the countryside. But despite the history of the Bico do Papagaio region being characterized by different forms of social organization of peasants and in the EFA Padre Josimo headquarters municipality there is a peasant cooperative, students of the Technical Agroecology course, who live and study in the region, initially showed little proximity to the theme of cooperativism and cooperatives, having only a general understanding of it. Of 28 students questioned, only 5 stated that they had already had some type of contact with cooperative organizations and only 5 reported that there were cooperative people in their families. Within the scope of the Solidarity Networks discipline, it was possible to insert themes related to cooperativism in a contextualized way to the regional reality, with a focus on family farming, based on theoretical and practical classes, including a visit to a cooperative of peasant

groups, with expressions of interest by students. Within a professional technical course, the development of knowledge about cooperation and cooperativism is interesting not only for building a culture of solidarity between people, but it is also a possibility for the future in terms of social organization and labor insertion for these students, whether as cooperative farmers or as cooperative technicians.

KEY-WORDS: Family Farming; Cooperativism; Country Education; Youth; Action Research.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Um breve resgate da história do cooperativismo e de seus princípios.....	16
2.2 Definições e propósitos da educação cooperativista.....	19
2.3 Entrelaçamentos e aproximações entre educação cooperativista e educação do campo.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
4.1 Contextualização da EFA Padre Josimo e o seu curso Técnico em Agroecologia.....	30
4.2 Percepções e relações dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo com o cooperativismo.....	43
4.3 Potencialidades, limites e desafios pedagógicos do processo de inserção da educação cooperativista na formação de técnicos em Agroecologia da EFA Padre Josimo.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	72

1. INTRODUÇÃO

Desde os primeiros tempos da humanidade a cooperação prevalecia, com a formação de grupos que se uniam em busca de alimento. Com isso, Safanelli *et al.* (2011) afirma que a educação esteve sempre presente no movimento cooperativo, desde os primórdios de sua existência, o que nos demonstra sua necessidade diante da formação e manutenção de organizações cooperativas.

Para Martins e Brenzan (2014, p.1), atualmente “é perceptível o intenso crescimento da atividade cooperativista no Brasil, onde inúmeras pessoas se organizam cada vez mais, exercendo a prática do cooperativismo como uma ferramenta da economia solidária, impulsionando economias e desenvolvendo microrregiões”.

Um dos ambientes mais favoráveis para o estabelecimento de diferentes tipos de relações de cooperação é na escola, onde essas relações podem impactar positivamente na formação autônoma de cada indivíduo. Com isso, desde a criação do movimento cooperativista até os dias atuais, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos por essas organizações (Pinho, 2003; Ferreira; Amodeo; Sousa, 2013). Dessa forma, Silva, Silva e Barros (2013, p. 06) afirmam que:

A Educação Cooperativa é uma ferramenta extremamente importante para promover transformações nas relações sociais impostas pelo capitalismo, que se baseia na individualidade e competitividade, diferentemente do cooperativismo que tem como bases, a igualdade e solidariedade, visando o bem estar de todos os envolvidos e não de uma pequena minoria.

Para Ribeiro (2004), nota-se uma inadequação da educação escolar para a manutenção e o fortalecimento de cooperativas, o que traz inúmeras consequências, como: a exploração dos indivíduos pelo sistema capitalista como um todo, pela falta de conhecimento de outras possibilidades de inserção no mundo de trabalho, quando se pensa naqueles que não estão inseridos em cooperativas; e a dificuldade de participação qualificada nos processos de gestão, no caso daqueles que estão inseridos em cooperativas.

Neste sentido, propor a inserção da educação cooperativista na escola é pensar essa instituição de ensino para além do currículo proposto, para que possa realmente contribuir com seu papel social na construção de conhecimentos dos estudantes, através da sua própria realidade, capazes de conduzi-los para sua emancipação social.

Frente ao exposto, o presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido a partir de uma pesquisa-ação voltada à inserção da educação cooperativista no processo de ensino-aprendizagem do curso Técnico de Agroecologia da Escola Família Agrícola do Bico do

Papagaio Padre Josimo (EFA Padre Josimo), situada no município de Esperantina, extremo norte do estado de Tocantins. Essa pesquisa-ação foi realizada no decorrer da pesquisa socioeducacional VII e estágio de docência IV do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, voltada para uma intervenção interdisciplinar do Ensino Médio, problematizando relações entre educação, trabalho e juventude a partir da perspectiva da Educação do Campo.

A inserção da educação cooperativista na formação dos Técnicos em Agroecologia da EFA Padre Josimo a partir da disciplina de Redes Solidárias foi uma iniciativa com o intuito de manter uma relação mais próxima entre a escola do campo, os jovens estudantes e as comunidades camponesas com o cooperativismo, proporcionando uma educação contextualizada, tendo em vista que na região do Bico do Papagaio a organização social em cooperativas faz parte da realidade de diferentes grupos sociais.

Dessa maneira, a inserção da educação cooperativista no contexto do curso Técnico em Agroecologia pode institucionalizar ações pedagógico-escolares voltadas ao estímulo ao cooperativismo, construindo possibilidades de futuro profissional para os jovens no mundo de trabalho que perpassem pela sua associação em cooperativas. Acredita-se que isso possa contribuir para a construção de concepções libertadoras de trabalho para a juventude do campo.

Considerando o objetivo da presente pesquisa, os resultados serão apresentados em três seções. Na primeira seção trabalharei o contexto da pesquisa, isto é, a região do Bico do Papagaio e o município de Esperantina/TO, para então tratar da EFA Padre Josimo e do curso Técnico em Agroecologia. Em seguida, na seção dois, irei fazer uma descrição da relação dos estudantes da 2ª série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo com o cooperativismo a partir das informações que levantei junto a eles durante a intervenção pedagógica. E na seção três, por fim, será realizada uma análise descritiva das potencialidades, limites e os desafios do processo de inserção da educação cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo, a partir da intervenção pedagógica realizada.

Diante dessas considerações introdutórias, abaixo sintetizo o problema de pesquisa que norteou a realização do presente trabalho de conclusão de curso, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.1 Problema de pesquisa

Como o cooperativismo pode contribuir para o processo de formação dos técnicos em agroecologia na EFA Padre Josimo, em Esperantina/TO?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Problematizar a Educação Cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo, localizada em Esperantina/TO, na região do Bico do Papagaio.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Descrever o processo de criação da EFA Padre Josimo e do curso Técnico em Agroecologia.

b) Analisar a relação dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo com o cooperativismo.

c) Refletir sobre as potencialidades, os limites e os desafios do processo de inserção da educação cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo a partir da intervenção pedagógica realizada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Um breve resgate da história do cooperativismo e de seus princípios

A relevância do cooperativismo nas áreas rurais, no contexto das atividades agropecuárias, é notória: não obstante, as cooperativas agropecuárias são as cooperativas mais numerosas no Brasil. A relevância destas organizações vincula-se com a ocorrência da modernização da agricultura e as suas consequências, vivenciadas até atualmente nas áreas rurais nacionais. Embora a modernização da agricultura tenha resultado em certas melhorias da vida e do trabalho nas áreas rurais, estas melhorias não foram vivenciadas entre os atualmente intitulados “agricultores familiares”. Devido à restrição de suas condições socioeconômicas, a estes a modernização da agricultura reservou a intensificação de suas vulnerabilidades.

Diante disso, a organização dos agricultores familiares em cooperativas ascendeu como uma relevante estratégia de evitar a exclusão destes diante das atividades agropecuárias modernas, atuando, principalmente, sobre dimensões econômicas destas atividades agropecuárias, no âmbito da produção e da comercialização. Nesse sentido, o cooperativismo se mostra relevante na redução dos custos de produção, na facilitação do acesso a mercados, na agregação de valor aos produtos, na promoção da participação em políticas públicas, entre outros, viabilizando a vida e o trabalho dos agricultores familiares nas áreas rurais.

Nesse mesmo sentido, França *et al.* (2016) destacou a relevância das cooperativas para a agricultura familiar, permitindo que esta última: responda de forma mais satisfatória aos desafios colocados pela concorrência e pela globalização dos mercados; melhore sua inserção nos mercados, em diferentes níveis e escalas, sobretudo nos que existem compras públicas de alimentos; incentive a criação de novas formas de produzir e consumir e novos padrões de desenvolvimento. Não obstante, França *et al.* (2016) também sublinhou como o cooperativismo amplia a contribuição da agricultura familiar em ações voltadas: à superação da pobreza; ao combate à fome; à garantia de segurança alimentar e nutricional; ao crescimento econômico; e ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com Bialoskorski Neto (1998), a atuação coletiva caracterizou as sociedades desde o seu início. Ainda na Pré-História são encontradas atuações sustentadas em um senso de solidariedade entre os indivíduos, motivadas no instinto de sobrevivência incitado em contextos de crise socioeconômica. Segundo Rech (2000), os “grêmios” dos egípcios (organização solidária de agricultores escravos), as “orglonas” e as “tiasas” dos gregos (reunião de cidadãos livres e escravizados visando enterros decentes), os “colégios” (organização solidária de carpinteiros e de serralheiros) e as “soldadistas” (cidadãos reunidos visando enterros religiosos)

dos romanos e os “ágapes” dos cristãos (reunião com o intuito de atender as necessidades de consumo de seus integrantes), são experiências pré-cooperativas. Não somente, os incas e os astecas, com os “ayllus” (organização solidária do trabalho baseada em vínculos de sangue) e os “calpulli” (organização solidária destinada ao desenvolvimento coletivo da agricultura), respectivamente, também fizeram uso deste ideário de auxílio mútuo na sistematização do seu modo de viver e de trabalhar.

Destarte estas inúmeras atuações coletivas em civilizações antigas, o reconhecimento da associação dos indivíduos em organizações intituladas cooperativas aconteceu somente na Idade Contemporânea, como resultado das crises socioeconômicas decorrentes dos efeitos deletérios da Revolução Industrial na Europa do século XIX. Resumidamente, a industrialização e a urbanização, resultantes da transição entre sistema feudalista e sistema capitalista, desencadearam mudanças na estrutura da sociedade, sobretudo devido às transformações ocorridas nos processos produtivos. Para maximizar as vantagens econômicas dos proprietários das indústrias, os operários foram submetidos a condições de trabalho informais, precárias e insalubres, recebendo remunerações reduzidas se confrontadas às características de suas atividades, sobretudo referente à duração das mesmas, desencadeando um cenário de miséria.

O marco de criação do cooperativismo é atribuído a formalização da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844, como reflexo da crise socioeconômica da Revolução Industrial. Esta cooperativa de consumo oriunda da associação de indivíduos comuns, demitidos das indústrias, construiu os fundamentos da doutrina cooperativista, incentivando a sua disseminação. A natureza insólita dos Probos Pioneiros de Rochdale reside na estruturação de um estatuto onde reuniram uma série de normatizações sobre o cooperativismo.

De acordo com Etgeto *et al.* (2005), as normas cooperativistas encontradas neste estatuto referiam-se à: livre adesão; controle democrático; devolução do excedente ou retorno sobre as atividades comerciais de maneira proporcional; juros limitados ao capital; neutralidade política e religiosa; e fomento do ensino nos mais variados níveis. Além destas normas, Rech (2000) destacou outras orientações encontradas no estatuto dos Probos Pioneiros de Rochdale, como: compra e vendas à vista; controle da pureza, qualidade e exatidão nos pesos e nas medidas dos produtos; realização das operações preferencialmente com associados; venda a preços correntes ou de mercado; destino comum dos benefícios de operações com terceiros. E enfatizou também a atenção conferida pelos Probos Pioneiros a certos valores éticos, como o

auxílio mútuo, a responsabilidade social, a democracia, a igualdade, a equidade, a solidariedade, a liberdade, a honestidade, a transparência e a empatia.

Embora desde 1844 estas normatizações tenham sido revistas inúmeras vezes através da mediação da Aliança Cooperativa Internacional, as normas conhecidas atualmente como “Princípios do Cooperativismo” são, em elevada medida, derivadas do estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, cooperativa considerada como “mãe” de todas as outras. Desta maneira, atualmente, o cooperativismo é norteado através de sete princípios, sendo eles: 1) adesão livre voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade.

Do quinto princípio do cooperativismo deriva a ideia de educação cooperativista. De acordo com Ferreira e Silva (2015, p. 17):

O princípio educação, formação e informação, além de se constituir como princípio, é o que viabiliza a consolidação dos demais princípios instituídos pelo cooperativismo mundial, ou seja, o processo de educação cooperativa é que respalda o interesse em integrar a cooperativa (adesão voluntária), a participação na direção e gestão das atividades (gestão democrática), a compreensão da importância do investimento econômico (participação econômica), o entendimento de que a cooperativa não possui vínculo ou interferência estatal ou governamental (autonomia e independência), a consciência de operar em conjunto com outras cooperativas (intercooperação) e, principalmente, de beneficiar o ambiente em que atua (interesse pela comunidade). O 5º princípio articula os demais princípios [...].

Ferreira e Silva (2015) explicam que a educação cooperativista envolve desde a educação formal até a propagação da cultura cooperativista, podendo alcançar todas as pessoas, estejam elas inseridas ou não no sistema cooperativista. Dessa maneira, “é a educação cooperativa que divulga a doutrina do cooperativismo e permanece com a finalidade de propagar os valores cooperativistas, conscientizar cooperados e articular a compreensão dos princípios cooperativistas” (Ferreira; Silva, 2015, p.46).

De acordo com Schneider e Hendges (2006) e Silva (2012), a preocupação com a educação cooperativista esteve presente desde a experiência dos Probos Pioneiros de Rochdale, que em seus documentos pregavam a importância da educação entre os cooperados. Todavia, a preocupação também era percebida em ações concretas, como a criação de bibliotecas e a organização de cursos e conferências, tudo isso em um período em que a educação não era acessível à classe trabalhadora. Ademais, os Probos Pioneiros de Rochdale também destinavam 2,5% das sobras anuais e dos valores arrecadados com multas para um fundo comum, destinado para custear a educação dos cooperados e de seus familiares.

No Brasil, a legislação responsável pela Política Nacional de Cooperativismo (Lei n. 5764/71), de maneira similar aos Probos Pioneiros de Rochdale, determina a criação de um fundo indivisível, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Constituído por pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício e do lucro resultante de operações com terceiros e da participação da cooperativa em sociedades não cooperativas, o FATES destina-se a atividades de educação cooperativista (Silva, 2012). Na seção abaixo, buscaremos desenvolver a noção de educação cooperativista com maior detalhamento.

2.2 Definições e propósitos da educação cooperativista

Como explicitado anteriormente, a noção de educação cooperativista advém dos próprios princípios do cooperativismo. Embora tais princípios não possam ser exercidos isolados uns dos outros e embora não exista uma ordem de hierarquia e de prioridade entre eles, o princípio da educação, formação e informação, do qual decorre a noção de educação cooperativista, é considerado a “regra de ouro”, pois é por meio dele que se compreende o próprio cooperativismo (Schneider; Hendges, 2006).

Para Valadares (2009) e Schneider (2010), a educação cooperativista relaciona-se com ensinamentos voltados à promoção de representações e ações de cooperação, não se restringindo a processos de educação institucionalizados, como é o caso do sistema escolar de ensino. Nesse sentido, para Safanelli *et al.* (2011), assim como para Frare e Seminotti (2022), o papel da educação cooperativista perpassa pela geração de conhecimentos para a construção de sujeitos preocupados em compreender e em transformar a realidade na qual se encontram, não apenas em sua inserção na cooperativa, mas na sociedade como um todo. A educação cooperativista caracteriza-se por enfatizar os valores humanos, preocupada com questões de responsabilidade social em nível local e global (Schneider, 2010).

Conforme Ferreira, Amodeo e Sousa (2013), o “público” da educação cooperativista não se restringe às pessoas que guardam relação com essas organizações. Embora os próprios cooperados, assim como os dirigentes e os colaboradores das cooperativas devam ser envolvidos pela educação cooperativista, a comunidade em geral não deve ser perdida de vista, pois é dela que provém potenciais cooperados. Com base nisso, percebe-se que a educação cooperativista visa disseminar a cultura do cooperativismo na sociedade, garantindo a existência e resistência dessas organizações (Lago, 2008).

Segundo Ferreira e Neves de Sousa (2019), a educação cooperativista é necessária para a sobrevivência e para o êxito de tais organizações, sendo que o desenvolvimento da cultura da

cooperação e do cooperativismo requer processos educativos próprios. Para autores como Schneider e Hendges (2006) e Ferreira e Neves de Sousa (2019), a questão da cultura e, por extensão, a questão da identidade cooperativista é um ponto crucial para a continuidade dessas organizações no período presente.

Talvez hoje, uma das atividades mais árduas e que conta com maiores resistências, seja trabalhar a questão da identidade cooperativista. No mundo globalizado em que vivemos, num crescente contato com outras culturas, num ambiente de pluralidade cultural, num mercado cada vez mais exigente e desafiador, as cooperativas estão cada vez mais envolvidas com a sobrevivência da empresa cooperativa. Nessas condições sobram pouco tempo, espaço e recursos para ocupar-se com o reforço ao ser cooperativo em si e na sua essência, trabalhando e aprofundando a identidade cooperativa junto aos associados, aos técnicos e dirigentes e mesmo junto ao público em geral. (Schneider; Hendges, 2006, p. 40-41).

Frente ao exposto, salta aos olhos a importância de ações de educação cooperativista focada nos jovens, pois como bem sintetizado por Rodrigues (2008, p. 239): “[...] sem juventude, não há futuro. Sem jovens no cooperativismo, algum dia, não haverá mais cooperativismo. Portanto, nada mais evidente do que a necessidade de trazer os jovens para dentro do movimento, intensamente”. Boessio (2013, p. 10) também salienta a importância das crianças e dos adolescentes constituírem o público preferencial da educação cooperativista ou educação cooperativa, como por ele denominada:

A educação cooperativa é algo muito amplo, não se concentra apenas em associados, funcionários ou à família dos associados, é um compromisso social, tem a responsabilidade de levar para a sociedade ferramentas que auxiliem no processo educacional, que proporcione para crianças e adolescentes uma educação mais participativa, para que quando adultos sejam mais críticos e partícipes de sua própria realidade.

Todavia, Ferreira, Amodeo e Sousa (2013), estudando as cooperativas agropecuárias do estado de Minas Gerais, descobriram que a educação cooperativista é pouco desenvolvida por essas organizações, muito em virtude da confusão conceitual em torno do termo, restringindo-se a questões de gestão empresarial, gestão social e assistência técnica dos cooperados.

Mas para além de gestão e assistência, a educação cooperativista deve ser concebida como um processo complexo, cujo objetivo maior consiste em educar para a cooperação, o que significa:

[...] se opor ao sentido instrumental da educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência. (Mészáros, 2005 apud Frantz; Schönardie, 2007, p. 4-5).

Dessa forma, a educação cooperativista se diferencia da ideia de educação promovida pelo sistema escolar, bastante individualista, focada no crescimento pessoal por meio da competição e da superação, perdendo de vista questões do coletivo (Ferreira; Silva, 2015) e que replica costumes e valores, causando um adestramento dos sujeitos, limitando sua capacidade de raciocínio crítico (Frare; Seminotti, 2022). Como salientado por Lago (2008), o sistema escolar dificilmente formará pessoas cooperativistas e para o cooperativismo.

Mas apesar de se diferenciar da educação oferecida pelo sistema escolar de ensino, a literatura científica nos traz alguns exemplos de experiência de educação cooperativista que foram implementadas dentro de escolas. Para Biolchi (2002), é plenamente possível que as escolas incorporem valores cooperativistas, sendo que o cooperativismo abre muitas possibilidades para os professores trabalharem os conhecimentos curriculares e desenvolverem valores de cidadania com os estudantes de maneira interdisciplinar.

Um exemplo de educação cooperativista em escolas trazido pela literatura científica é o “Programa de Cooperativismo nas Escolas”, desenvolvido na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Em síntese, trata-se de um programa que propõe uma prática educativa fundada na cooperação - e não na competição -, propondo a cooperação como um princípio pedagógico. Com isso, o programa tem a expectativa de construir com os escolares novos valores, novas visões, novos comportamentos, comprometido com transformações na direção de uma sociedade mais justa, na qual se superem antagonismos, contradições e desigualdades sociais (Frantz, 2001).

Outro exemplo decorrente da literatura científica consiste no programa de educação cooperativista “A União Faz a Vida”, implantado a partir do ano de 1995 em mais de cem municípios do estado do Rio Grande do Sul, por meio de parcerias entre a cooperativa de crédito Scredi e as prefeituras municipais e entidades parceiras. O objetivo do programa estava na promoção da cooperação como um fator de desenvolvimento da cidadania, da solidariedade e do empreendedorismo, com a intenção de formar sujeitos conscientes, solidários e potenciais lideranças para as cooperativas (Lago, 2008).

Um dos pressupostos do programa “A União Faz a Vida” é de que a cooperação não pode ser simplesmente ensinada e aprendida, precisa ser praticada rotineiramente. Metodologicamente, o programa foi desenvolvido com estudantes da educação infantil e do ensino fundamental, atuando de modo interdisciplinar para o desenvolvimento de atitudes e mentalidades solidárias. Sendo interdisciplinar, as práticas cooperativas propostas perpassaram diversas áreas do conhecimento, resultando em projetos escolares a respeito de: resgate de

culturas regionais; ética e cidadania; hortas comunitárias; teatro; música; dança; integração escola-comunidade; preservação da natureza; outros temas (Lago, 2008).

Vale frisar o aparecimento do tema natureza no âmbito da educação cooperativista, tanto no estudo de Lago (2008) como no de Schneider (2010). Para esses autores, a temática da natureza, traduzida em práticas diversas ambientalmente responsáveis, é presente e relevante no âmbito da educação cooperativista. Isso abre uma lacuna para discutirmos a relação educação cooperativista e agroecologia, como será feito na presente pesquisa.

2.3 Entrelaçamentos e aproximações entre educação cooperativista e Educação do Campo

Para um cidadão, a educação é o componente mais importante da formação, principalmente porque leva em conta as oportunidades e possibilidades que pode proporcionar a quem a ela têm acesso. No início da década de 1960, período que antecedeu a ditadura militar, o Brasil passou por uma profunda transformação social e política marcada por um aumento significativo na participação pública nas discussões de questões cruciais como educação e reforma agrária (Vieira, 2014).

O início da década de 1970 também foi marcado pela defesa da educação popular por Paulo Freire. Foi desenvolvida uma nova ideia de educação, que superava o ensino dos códigos de leitura e escrita, visto que tinha como objetivo a materialização da palavra e a "leitura do mundo", sendo a educação um pré-requisito para a humanização antes de poder ser um fator de desenvolvimento socioeconômico (Brandão, 1981). Isso significa que a função da escola como formadora de sujeitos deve ser conectada a um projeto de emancipação humana, que leve em conta as reais condições nas quais se encontram os indivíduos.

A perspectiva freiriana, em "Pedagogia do Oprimido", enfatiza a importância da autonomia do educando e mostra que é a partir dela que se faz uma educação transformadora, levando ao desenvolvimento da consciência crítica. Segundo Freire, a educação exige respeito aos saberes dos educandos, à realidade em que eles estão inseridos, bem como às suas especificidades culturais (Freire, 2011).

Para Freire, a construção do conhecimento, sem que as ideias sejam impostas como certas ou erradas, se dá através do diálogo. Esse não é a simples troca de ideias entre sujeitos, muito menos uma discussão polêmica e agressiva entre indivíduos: sem a intenção de impor verdades, o diálogo é o encontro entre sujeitos com o intuito de refletirem sobre a realidade para a transformação da sociedade (Freire, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, ampliou o conceito de

educação para incluir “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, embora tenha disciplinado apenas a educação escolar atrelada ao ensino formal (Brasil, 1996).

Isso significa o reconhecimento de que os processos educativos perpassam pelo conjunto de experiências de um ser humano ao longo de sua vida, princípio bastante caro à Educação do Campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004). Considerado um movimento sociopolítico e de renovação pedagógica que valoriza o trabalho e as lutas sociais e culturais do campesinato, a Educação do Campo visa a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo, em todas as etapas e modalidades de ensino (Fernandes *et al.*, 2004; Brasil, 2013).

Para a Educação do Campo, “a escola deve estar ligada ao mundo do trabalho, da cultura, da produção, à luta pela terra e ao projeto popular de desenvolvimento do campo” e “isso ocorre porque a educação surge da recuperação desses laços entre educação e terra, trabalho, produção, vida, cotidiano e existência” (Alencar, 2015, p. 53). De forma complementar, Frantz e Schönardie (2016, p. 26) dizem que “os seres humanos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de sua vida”.

Dessa maneira, sendo a Educação do Campo uma perspectiva politizada dos processos educativos, que devem ser emancipadores e condizentes com a realidade dos grupos populares do campo, que buscam sua sobrevivência frente aos avanços do agronegócio, ela parece abrir possibilidades de diálogo com a educação cooperativista. Para Frantz (2001) e Santos e Nascimento (2005), educação e cooperação são duas práticas sociais que, em determinados aspectos, contém uma a outra, se ambas forem voltadas à emancipação humana, pois não há como remeter o pensamento à educação sem relacioná-la com o diálogo e com as trocas mútuas de conhecimento.

A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais (Frantz, 2001, p. 243).

Marlene Ribeiro, pesquisadora considerada expoente em estudos sobre a Educação do Campo no Brasil, em um artigo intitulado “Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa”, levanta a hipótese de que o cooperativismo, sendo parte dos processos de educação escolar no âmbito da própria Educação do Campo, poderia auxiliar na instituição de uma nova cultura do trabalho e de relações sociais de produção, baseadas na solidariedade, dada sua potencialidade de produzir rachaduras na estrutura social capitalista (Ribeiro, 2004). Ao analisar associações cooperativas de agricultores familiares assentados e não assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a autora pontuou o seguinte:

Agricultores familiares cooperados estão a demandar uma formação cooperativa que corresponda às suas necessidades de organização do trabalho e que não encontram na educação escolar. Penso que seja necessário rever o modelo de escola que centra o trabalho pedagógico na formação do indivíduo possessivo e competitivo, que reproduz a separação entre quem pensa e quem faz, que se sustenta sobre uma organização fragmentada do conhecimento, dificultando compreender a educação como uma totalidade, ou seja, nas suas relações com a produção/reprodução da sociedade (Ribeiro, 2004, p. 169).

Trabalhadores cooperados carecem de uma formação escolar sistemática que reflita sobre o capitalismo como um modo de organização do trabalho e das relações sociais de produção e de governo, ao qual pretendem confrontar-se e colocar-se como alternativa para a construção de relações democráticas e solidárias. Assim, essas cooperativas enfrentam graves dificuldades para manterem-se; muitas fracassam, outras tendem a tornar-se mais uma empresa capitalista, a utilizar os mesmos métodos e finalidades da exploração da força humana de trabalho (Ribeiro, 2004, p. 185).

Nesse sentido, a partir das reflexões de Ribeiro, compreendo que a inserção de processos de educação cooperativista no âmbito da Educação do Campo, principalmente em contextos de grupos de agricultores já organizados em associações e, sobretudo, em cooperativas, pode fortalecer esse tipo de organização social dos agricultores, acarretando os benefícios socioeconômicos do cooperativismo (como já discutido nas seções anteriores) e estimular os jovens, filhos e filhas desses agricultores e educandos das escolas do campo, a dar continuidade na sucessão familiar rural e nas cooperativas como uma possibilidade de emancipação socioeconômica.

Garzón (1978), citado por Schneider (2003, p.36), enfatiza a importância de “formar cooperadores antes de criar cooperativas”, por compreender que devido à falta de familiaridade com os objetivos, valores e padrões do cooperativismo, as cooperativas tendem a experienciar inúmeras dificuldades. Dessa maneira, acredito que ampliar o processo de formação nas escolas

do campo através da inserção da educação cooperativista é uma proposta particularmente interessante para os jovens do campo. Isso porque, como explicado por Drebes e Santos (2023), as cooperativas possuem potencial de estimular a sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar, porque, para os agricultores familiares, o cooperativismo pode ser diferencial para o sucesso econômico de suas unidades de produção.

Nesse sentido, acredito que no contexto do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, a inserção da educação cooperativista na trajetória escolar da educação do campo pode ser um estímulo extra à emancipação social dos jovens rurais a partir da permanência no campo e continuidade das atividades agrícolas das unidades de produção de suas famílias, por meio da organização social em cooperativas, sendo que na região do Bico do Papagaio os agricultores familiares já apresentam predisposição a organizar-se socialmente dessa forma.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de conclusão de curso é resultante da pesquisa-ação realizada na Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (daqui em diante denominada apenas de EFA Padre Josimo), na comunidade Vila Tocantins, município de Esperantina/TO, mais especificamente com uma turma do curso Técnico em Agroecologia.

Conforme Thiollent (1986), considerado referência na metodologia de pesquisa-ação, esta se trata de um conceito complexo, pois é um tipo de pesquisa social com base empírica que é realizada em estreita associação com uma ação coletiva na qual os “pesquisadores” e os “pesquisados” estão envolvidos de modo participativo¹. Dessa maneira, para além do cunho científico propriamente dito, a pesquisa-ação também implica em engajamento político, pois pode ser colocada a serviço das causas dos grupos populares.

De modo complementar, André (1995, p.28) afirma que a pesquisa-ação “envolve sempre um plano de ação, plano esse que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante desse processo”, motivo pelo qual, muitas vezes, “esse tipo de pesquisa recebe o nome de intervenção.”

Logo, uma das particularidades da pesquisa-ação consiste na interconexão entre objetivos “prático” e “científico”. Enquanto o objetivo científico busca obter informações capazes de aumentar o conhecimento sobre determinada situação-problema, o objetivo prático procura auxiliar no desenvolvimento de ações transformadoras sobre a realidade (Thiollent, 1986). Dessa maneira, quanto a pesquisa-ação é aplicada no contexto da educação, ela pode ser empregada pelo professor para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Nas palavras de Minayo (2002, p.17), “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”.

Minha relação com a EFA Padre Josimo se dá em diferentes vieses: em 2018 me formei no curso Técnico em Agroecologia; de 2019 a 2022 atuei como servidor na função de técnico em agroecologia; e desde 2023 faço parte da diretoria da associação de apoio à instituição. Essa relação com a EFA Padre Josimo me levou a escolhê-la para realizar minhas pesquisas socioeducacionais e estágios de docência do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse sentido, a pesquisa-ação que resultou nos dados apresentados neste trabalho de conclusão de curso consistiu em uma intervenção pedagógica sobre educação cooperativista

¹ Pesquisadores e pesquisados estão entre aspas com a intenção de chamar atenção para o fato de que na pesquisa-ação esses papéis não são rígidos, pois os “pesquisados” participam ativamente de todas as etapas da pesquisa, muitas vezes atuando conjuntamente com os “pesquisadores” no planejamento da pesquisa, na coleta e análise dos dados e na própria intervenção.

realizada na EFA Padre Josimo no período de setembro a dezembro de 2023, envolvendo a turma da 2ª série do ensino médio do curso Técnico em Agroecologia (curso integrado ao ensino médio). Ao total, foram 33 estudantes participaram desse processo de pesquisa-ação, sendo 20 do sexo masculino e 13 do sexo feminino, na faixa etária de 16 a 22 anos de idade. Esses estudantes são pertencentes aos municípios de Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Carrasco Bonito do Tocantins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Darcinópolis, Araguatins e Axixá do Tocantins, todos no estado do Tocantins, e também do estado do Pará.

A intervenção pedagógica foi realizada por mim no âmbito da disciplina de Redes Solidárias, que integra o currículo do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo. Tive o apoio do professor responsável pela disciplina, Miqueias Alves Rocha César, no processo de condução da pesquisa-ação. O objetivo da intervenção pedagógica consistiu em inserir a educação cooperativista no processo de formação dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia, da EFA Padre Josimo, incentivando-os a conhecer e integrar o movimento cooperativista, sobretudo no ramo agropecuário, considerando suas distintas realidades.

No âmbito da intervenção pedagógica, busquei trabalhar a educação cooperativista de forma interdisciplinar, associando-a ao trabalho e à pesquisa como princípios educativos. A intervenção foi realizada em quatro etapas: 1) aplicação de questionário diagnóstico sobre educação cooperativista; 2) desenvolvimento da temática educação cooperativista; 3) visita em cooperativa; e 4) culminância e avaliação da pesquisa.

A fase de aplicação do questionário diagnóstico sobre educação cooperativista teve como objetivo fazer um levantamento entre os estudantes sobre os conhecimentos prévios acerca de cooperativismo e educação cooperativista, bem como descobrir se os estudantes tinham vínculo com alguma organização cooperativa.

O questionário (APÊNDICE A) foi constituído por um total de 15 perguntas, sendo 6 fechadas e 9 abertas. O questionário foi aplicado em sala de aula, onde os educandos tiveram 50 minutos para responderem, ao todo 28 estudantes responderam, e 5 ficaram sem responder devido a ausência na semana de aula.

Os resultados dos questionários foram sistematizados e analisados de acordo com a característica dos dados coletados: dados qualitativos foram analisados com o auxílio da metodologia de análise de conteúdo e dados quantitativos foram analisados por meio da aplicação de estatística descritiva. Acrescenta-se que a análise de conteúdo consiste em uma metodologia de organização, categorização, descrição e interpretação de dados qualitativos, que por meio de processos sistemáticos possibilita a compreensão dos conteúdos de sentido dos materiais

empíricos analisados, como, por exemplo, as respostas às perguntas abertas dos questionários (Bardin, 2011).

Os resultados obtidos nesses questionários foram utilizados para me orientar no processo de inserção e explanação dos conteúdos sobre educação cooperativista no ensino de Redes Solidárias no curso Técnico em Agroecologia na EFA Padre Josimo. Considerando os resultados dos questionários, fiz uma seleção prévia de textos que me auxiliaram na condução das aulas, que abordaram diversos temas relativos ao cooperativismo. As aulas foram desenvolvidas por meio de diferentes metodologias e recursos pedagógicos, como aula expositiva-dialogada, sala de aula invertida, estudos dirigidos, pesquisas, documentários, oficinas, aulas práticas em campo, etc.

Nesse processo de pesquisa-ação, submeti as aulas que ministrei à observação participante, que consiste em uma metodologia que procura compreender a realidade por meio da vivência concreta nela, buscando a objetividade, como descrito por Gomes (2009). Para isso, contei com a ajuda de caderno de campo, onde escrevi como transcorreram as aulas, o que eu observei durante elas e minhas percepções sobre as observações. De modo complementar, também fiz registros fotográficos.

Já a fase de visita em cooperativa consistiu em uma ida à Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Tocantins-COOAF-Bico. O objetivo da visita foi propiciar aos estudantes o conhecimento de uma organização cooperativa na prática, compreendendo o processo de criação, funcionamento, importância e desafios. Esse foi um processo planejado, com agendamento prévio com a cooperativa.

A partir de Thiollent (1986) e Dionne (2007), compreende-se que o planejamento de uma pesquisa-ação é flexível e não segue etapas rigidamente ordenadas. Contudo, é comum que uma das etapas, normalmente a última, que poderá depreender um novo ciclo de pesquisa-ação, seja uma etapa de avaliação, na qual os resultados obtidos são difundidos e o processo é avaliado a partir de indicadores.

Nesse sentido, a fase que intitulei de culminância e avaliação da pesquisa consistiu em apresentações em grupos realizadas pelos estudantes a partir da leitura de textos sobre o tema educação cooperativista. Juntamente com essas apresentações, fizemos uma avaliação dialogada sobre a intervenção pedagógica a partir de algumas questões geradoras: o que a intervenção representou para eles? o que foi bom? no que eu, enquanto professor, poderia melhorar? quais foram os principais aprendizados?

Acrescento que, de maneira complementar, durante esse processo da pesquisa-ação, também realizei algumas entrevistas com líderes regionais, com os quais obtive fotografias e documentos que também foram importantes no processo e incluídos neste trabalho de conclusão de curso.

As lideranças regionais entrevistadas foram: 1) Maria Senhora Carvalho da Silva: sindicalista; Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina Tocantins (STTR); Presidenta da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Tocantins (Unicafes-TO); e grande colaboradora no processo de criação da EFA Padre Josimo e dos assentamentos da reforma agrária do Bico do Papagaio; 2) João Palmeira Junior: militante dos movimentos sociais do Bico do Papagaio; colaborador da APA-TO; teve grande atuação no processo de criação da EFA Padre Josimo e do curso técnico em Agroecologia.

Outros elementos importantes para a presente pesquisa-ação foram os relatórios que elaborei nas diferentes pesquisas socioeducacionais realizadas no decorrer da Licenciatura em Educação do Campo, as quais também se debruçaram sobre a região do Bico do Papagaio e a EFA Padre Josimo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Contextualização da EFA Padre Josimo e o seu curso Técnico em Agroecologia

Como mencionado anteriormente, a EFA Padre Josimo localiza-se na comunidade Vila Tocantins, no município de Esperantina/TO, em uma região conhecida como Bico do Papagaio. Começamos pela contextualização da região. De acordo com Santos (2019), essa região consiste em uma área transfronteiriça entre os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins e Pará, com a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, configurando uma tríplice fronteira entre estes estados.

Mais especificamente, o Bico do Papagaio consiste em uma microrregião situada no extremo no norte do estado do Tocantins, entre o Pará e o Maranhão, cuja confluência entre os rios Araguaia e Tocantins assume no mapa o formato de um “bico de papagaio”, de onde surgiu sua denominação (Oliveira, Crestani e Strassburg, 2014).

Diversos estudos caracterizam a região do Bico do Papagaio pela intensa ocorrência de conflitos agrários. Os primeiros são datados a partir de 1851, época de ocupação da região por colonizadores europeus atraídos pelo extrativismo mineral e vegetal, os quais entraram em disputa com as etnias indígenas nativas da região, tais como Apinajés e Gavião (Soares, 2009; Oliveira, Crestani e Strassburg, 2014).

Mas é no século XX que tais conflitos agrários intensificam-se, em virtude do choque entre dois tipos de ocupação experienciadas na região. Autores como Soares (2009), Oliveira, Crestani e Strassburg (2014), Cardoso e Silva (2020) e Miranda, Santos e Carniello (2023) explicam que o primeiro tipo de ocupação se iniciou a partir da década de 1930, por migrantes vindos do Nordeste, principalmente maranhenses e piauienses, à procura de melhores condições para praticar a agricultura de subsistência, constituindo, assim, o campesinato regional. Nesse período, a ocupação do Bico do Papagaio se deu pela abertura de caminhos nas margens do Rio Tocantins, ao passo que os migrantes foram, paulatinamente, criando seus aldeamentos e vivendo a partir da criação extensiva de gado, do cultivo de roças e do extrativismo de babaçu. Até a década de 1960, portanto, o acesso à terra não era um problema para esses camponeses.

Já o segundo tipo de ocupação se deu a partir da década de 1960, devido à intervenção do governo federal no período da ditadura militar, que realizou obras de infraestrutura (como as rodovias Belém-Brasília e Transamazônia) e concedeu incentivos fiscais e crédito subsidiado, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atraindo, assim outro tipo de migrantes, agora vindos sobretudo do Sudeste e do Centro-Oeste do país, e focados na produção pecuária e na especulação imobiliária (Soares, 2009; Oliveira;

Crestani; Strassburg, 2014; Cardoso; Silva, 2020; Miranda; Santos; Carniello, 2023).

O favorecimento estatal para a implementação de grandes empreendimentos do setor primário da economia na região acelerou o processo de expropriação e de exploração dos camponeses que a ocupavam desde antes da abertura das rodovias, resultando na sua expulsão pelo capital empresarial, por meio de violência direta ou proveniente da própria dinâmica econômica estabelecida, que resultou na explosão dos conflitos agrários, agravados pela ausência de políticas públicas de regularização fundiária (Oliveira; Crestani; Strassburg, 2014; Miranda; Santos; Carniello, 2023).

Soares (2009) e Cardoso e Silva (2020) explicam que durante o período militar estabeleceu-se na região uma estrutura de grilagem de terras, pois os migrantes estimulados pelo Estado procuravam tomar as terras dos migrantes espontâneos, que haviam constituído o campesinato regional nas décadas anteriores. Soares (2009) elucida que nos aldeamentos constituídos pelos camponeses no Bico do Papagaio a gestão dos recursos se dava de forma dialogada, o que contribuiu para o processo de mobilização e de resistência frente às tentativas de grilagem.

No jornal Folha de São Paulo, publicado em agosto de 1982, encontra-se uma reportagem sobre a situação da região na época, considerada o principal local de conflitos agrários no Brasil naquele período. O jornalista fala em “mais agudos conflitos de terra do país” (Figura 1).

Figura 1 - Recorte do Jornal Folha de São Paulo evidenciando o cenário de conflitos agrários na região do Bico do Papagaio na década de 1980.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 15 de agosto de 1982.

Segundo Soares (2009), com o fim da ditadura militar em 1985 e o processo em curso de redemocratização do país, os camponeses passaram a organizar-se socialmente para a luta pela terra e por direitos sociais.

[...] houve um processo de institucionalização que resultou na criação de um amplo conjunto de organizações - como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores(as), apicultores(as), quebradeiras de coco, assentados, colônias de pescadores - integradas a movimentos estaduais e nacionais, articulando uma complexa rede social, fortalecendo estratégias de ação coletiva e contribuindo para que estes agricultores/as passassem a desempenhar um papel ativo na negociação de políticas públicas, acabando por influenciar as diretrizes do desenvolvimento da região (Soares, 2009, p. 81).

Cabe destacar o apoio recebido pelos camponeses do Bico do Papagaio pela Igreja Católica. Quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) chegou à região em meados dos anos 1970 e encontrou os camponeses em disputa com os grileiros, implementando estratégias de resistência com os recursos e as capacidades próprias, passou a auxiliá-los e incentivá-los a organizarem-se socialmente. Soares (2009) afirma que o envolvimento da CPT deu uma nova dimensão e trouxe visibilidade para os conflitos agrários da região, contribuindo para a ampliação da noção de direitos dos trabalhadores e melhorando a qualidade da interlocução dos camponeses com outras instituições.

Uma importante figura no contexto da defesa dos camponeses nos conflitos agrários do Bico do Papagaio, foi a do Padre Josimo Morais Tavares. Designado padre no ano de 1979, Josimo (que nasceu em Marabá/PA, residiu em Xambioá - na época Goiás, hoje Tocantins - durante o período da Guerrilha do Araguaia e cursou seminário em Tocantinópolis/TO) foi transferido para atuar na região do Bico do Papagaio, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT). “Como coordenador da CPT no Bico do Papagaio, Josimo sofreu muitas ameaças, pois ele ajudava os camponeses a se organizar, realizar ações em defesa da reforma agrária” (Cardoso; Silva, 2020, p. 8). O Padre Josimo foi assassinado no ano de 1986, nas escadarias da CPT em Imperatriz/MA, por pistoleiros a mando de fazendeiros da região (Santos, 2019).

Mesmo após a morte do Padre Josimo e da repercussão de tal evento, gerando pressões sobre as diferentes instâncias governamentais em relação aos conflitos agrários no Bico do Papagaio, a região continuou sendo caracterizada pela violência no campo. Conforme vemos na reportagem abaixo (Figura 2), publicada no Globo em 1991 e intitulada “*No Bico do Papagaio, o revólver impõe a lei*”, nos anos 90 ainda existiam conflitos agrários na região.

Figura 2 - Matéria jornalística trazendo um panorama da situação político-social marcada por conflitos agrários e pistolagem nos anos 90 no Bico do Papagaio.



Fonte: Jornal O Globo, 7 de março de 1991, página 14.

Todavia, alguns avanços foram possíveis. Por exemplo, Soares (2009) e Santos (2019) citam a extinção do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que era um órgão criado pelo governo militar e que se sobrepunha ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em somatório, entre os anos de 1987 e 2007 foram criados 74 projetos de assentamento no Bico do Papagaio (Soares, 2009).

Apesar disso, ainda nos dias atuais a região do Bico do Papagaio é caracterizada por um cenário de vulnerabilidade social. Miranda, Santos e Carniello (2023) explicam que a população possui baixíssimo índice de ocupação formal, associado a condições informais e precárias de trabalho, o que configura um contingente populacional que sobrevive com uma renda bastante reduzida. Os autores acrescentam que mesmo hoje em dia a concentração de renda ainda é um grave problema no Bico do Papagaio, muito em virtude das disparidades sociais decorrentes da concentração fundiária para a produção de gado de corte e do pouco beneficiamento dos produtos agrícolas, cuja comercialização não agrega valor.

É nessa região, no Bico do Papagaio, que está localizado o município tocantinense de Esperantina. O município foi criado em 5 de outubro de 1989, sua emancipação política ocorreu em 10 de fevereiro de 1991 e foi instalado em 1 de janeiro de 1993. Atualmente, o município conta com aproximadamente 7.530 habitantes segundo a estimativa do IBGE Cidades (2022). A Figura 3, abaixo, mostra a localização de Esperantina.

Figura 3 - Localização geográfica do município de Esperantina/TO.



Fonte: IBGE (2021).

A economia local baseia-se no comércio e nas atividades de bovinocultura de leite e corte. Os empresários têm uma grande ligação comercial com os municípios de Imperatriz/MA, Araguaína/TO e Marabá/PA. Por via terrestre, os comerciantes compram produtos em maior quantidade nesses centros urbanos para revender em Esperantina. Já os fazendeiros, vendem o gado para frigoríficos externos, enquanto o leite é processado em laticínios locais e vendido para estados vizinhos. Todavia, ao longo de minhas vivências na região e experiências como cooperado da COOAF-Bico, é preciso destacar a importância da agricultura familiar do município para disponibilizar alimentos básicos para a população, como farinha, mel, frutas, feijão, arroz, amendoim, outros.

Neste sentido, é importante ressaltar as principais organizações relativas à agricultura familiar atuantes no município, tais como: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO); Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Sebastião do Tocantins, Buriti do Tocantins e Esperantina Tocantins (STTR); Associação da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio (AEFA); e Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Tocantins (COOAF-Bico).

Segundo Arruda (2016), a povoação da área do município começou por volta de 1966 quando chegou à região um senhor conhecido como Zé Mulato, que mais tarde daria nome a um aldeamento, o “Centro do Zé Mulato”, atualmente “Vila Tocantins”. Como mencionado anteriormente, nessa época, a região do município de Esperantina atraiu pessoas de outros estados devido à abundância de caça, pesca e agricultura. Todavia, essas terras situadas onde

hoje é o município de Esperantina e que foram apossadas pelos camponeses migrantes estariam supostamente à serviço do exército, concedidas a militares aposentados. Isso deflagrou conflitos entre os camponeses e os fazendeiros.

Para Arruda (2016), os camponeses puderam melhor se organizar para resistir à grilagem onde hoje é Esperantina com o auxílio de alguns sujeitos-chave, entre os quais esteve o já citado Padre Josimo. Muito querido entre os camponeses na região, em um primeiro momento, causou estranhamento e desconfiança ao ser confundido com um pistoleiro, por ser negro, ao passo em que todos os padres que aqueles camponeses haviam conhecido até então eram brancos.

Na Figura 5, vemos o Padre Josimo à esquerda de uma senhora com um vaso na cabeça, em visita ao aldeamento de Mulatos, atual Vila Tocantins, no município de Esperantina. Acredita-se que tal fotografia foi tirada na década de 1980. De acordo com Soares (2009), o Padre Josimo chegou em Esperantina, último município da região do Bico do Papagaio, no ano de 1983. Se fazia presente não só nas missas e eventos religiosos, mas envolvia-se diretamente na vida do povo, optando em viver em meio deles, com simplicidade.

Figura 4 - Padre Josimo Morais Tavares com os moradores de Mulatos, atual Vila Tocantins, em Esperantina/TO na década de 1980.



Fonte: acervo fotográfico de Beatriz Kruch, disponibilizado por Gleison Gomes.

Anos mais tarde, em homenagem ao apoio de Padre Josimo aos camponeses do Bico do Papagaio, seu nome seria dado à Escola Família Agrícola implantada na região com o objetivo de atender as particularidades da formação escolar dos filhos dos camponeses. Embora a EFA

Padre Josimo, sediada em Esperantina, só tenha sido criada em 2016, a sua demanda se iniciou nos anos 1980, quando da criação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região.

Foi por volta do ano de 1996 que representantes dos movimentos sociais do Bico do Papagaio se organizaram para visitar algumas experiências de EFA's, estruturadas na pedagogia da alternância, nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Goiás e Maranhão. João Palmeira, (2023) diz que “a intenção era conhecer essas experiências e encontrar nelas inspiração para a elaboração de um projeto de EFA próprio, que atendesse às particularidades dos camponeses da região do Bico do Papagaio.”

Mais adiante, já no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, a região do Bico do Papagaio foi incluída no Programa Territórios da Cidadania, que consistia em uma política pública federal voltada para a diminuição das desigualdades regionais nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo econômico em todo o país. Nesse sentido, Maria Senhora em entrevista concedida no documentário o processo de luta e implantação da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo, do ano de 2022, relata que “a inserção do Bico do Papagaio nessa política deu novo impulso para o projeto de criação de uma EFA por parte dos movimentos sociais.”

A EFA Padre Josimo foi projetada para acolher 200 alunos e funcionar em alternância pedagógica. Além dos movimentos sociais e de instâncias do governo federal, participaram do processo de projeção da instituição a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Federal do Tocantins, o Instituto Federal do Tocantins, a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os recursos para a implantação da EFA Padre Josimo vieram do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os diferentes municípios do Território da Cidadania do Bico do Papagaio. Depois de muita discussão, os municípios concordaram em unificar os recursos recebidos por cada um em prol da implantação da EFA, como demonstra o trecho da entrevista abaixo realizada durante a pesquisa-ação com João Palmeira Junior militante do Bico do Papagaio que atuou contribuindo no processo de debates estratégicos e elaboração do projeto de criação da EFA e do curso técnico.

Esse foi um grande debate, porque quando surgiu, essa proposta de criar uma escola, de constituir e usar o recurso, né, vieram vários interesses dos prefeitos na época. Não, eu quero o meu, quero o meu, quero o meu. Como a gente coordenava, Maria era a presidente, eu ajudava na assessoria a conduzir o processo, né, as votações e da proposição. A gente disse, olha gente, nós temos 2 propostas aqui, então, portanto, têm o interesse de fragmentar o recurso para os interesses individuais do município e

tem uma proposta de unificar em torno da construção de uma escola, usar todo o recurso dos municípios do território do Bico para construir a nossa EFA. Então são 2 proposições. (João Palmeira, entrevista concedida a Matheus dos Santos Filho, 2023).

A Figura 5 consiste em uma fotografia da reunião realizada em 25 de fevereiro de 2006, na câmara de vereadores do município de Axixá do Tocantins, na qual, após muitas articulações e debates, teve-se o encaminhamento da construção da EFA Padre Josimo com os recursos unificados dos municípios constituintes do território.

Figura 5 - Reunião de aprovação da unificação dos recursos municipais do Território do Bico do Papagaio para a construção da EFA Padre Josimo.



Fonte: acervo fotográfico de João Palmeira Junior.

A construção da escola foi iniciada no ano 2008 e concluída em 2011, sendo entregue pelo MDA para a prefeitura de Esperantina no ano de 2012. Trata-se de uma conquista dos movimentos sociais e sindicais, construída em uma área doada pela Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Mulatos, com aval do INCRA, em uma área compreendida no total de 07 alqueires (33,6 hectares). A Figura 6 mostra a EFA construída.

Figura 6 - EFA Padre Josimo construída na área doada pela Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Mulatos.



Fonte: acervo fotográfico da EFA Padre Josimo.

Após a finalização da construção da escola, de acordo com João Palmeira Junior, iniciou-se o processo de materialização do Projeto Político Pedagógico e escolha do curso técnico. Durante esse período foram realizadas formações com professores da EFA de Porto Nacional e também módulos de um curso organizado pela APA-TO para formação de lideranças. Nesse curso, um dos módulos tratava sobre “como era a escola que as comunidades do campo desejavam”.

Nessa ocasião, as comunidades fizeram uma leitura de cenário sobre o caso do curso Técnico em Agropecuária oferecido na então Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, atual Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - campus Araguatins. Assim, perceberam que os estudantes desse curso eram filhos de fazendeiros e que, portanto, o curso dialogava com o agronegócio e não necessariamente com os interesses da agricultura familiar.

A partir disso, as comunidades entraram em contato com o curso Técnico em Agroecologia por meio do catálogo nacional de cursos do Ministério da Educação de 2009. E perceberam que o curso de Agroecologia poderia ser o mais adequado às demandas da agricultura familiar do Bico do Papagaio e ao perfil dos filhos e das filhas desses agricultores familiares, dialogando diretamente com os movimentos sociais.

Em entrevista, Maria Senhora Carvalho da Silva explicou que a opção pelo curso Técnico em Agroecologia teve como objetivo a “*preservação do meio ambiente, dos babaçuais, das frutas que existem, as frutas nativas, a preservação delas e implantar mais né. A história da agroecologia foi isso, nós tem muita água no Bico né, nós mora entre dois rios, tem vários*”

lagos, então a ideia foi exatamente para fazer essa preservação, pro povo viver na natureza e se sustentar.”

Posteriormente a todas essas formações e debates, foi aprovado que a EFA Padre Josimo ofertaria o curso Técnico em Agroecologia. A Figura 7 ilustra o dia do registro do curso na antiga Diretoria Regional de Educação de Araguatins (DRE), atual Superintendência Regional de Educação de Araguatins (SRE).

Figura 7 - Registro do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo na SRE de Araguatins.



Fonte: acervo fotográfico de João Palmeira Junior.

No governo Marcelo Miranda, no ano 2016, foi assinado um convênio entre o estado do Tocantins e a prefeitura de Esperantina, no qual o governo estadual se comprometeu com o repasse de recursos para financiar a manutenção, a alimentação dos estudantes e o pagamento da folha salarial dos funcionários da EFA Padre Josimo. Dessa maneira, conforme PPP (2023) a escola entrou em funcionamento no ano de 2016. A Figura 8 mostra o momento de inauguração da EFA Padre Josimo em Esperantina, com participação do governo estadual da época e com o momento cerimonial de cântico do hino da EFA Padre Josimo.

Figura 8 - Inauguração da EFA Padre Josimo, no ano de 2016.



Fonte: Governo do Tocantins (16-04-2016) e acervo fotográfico de Gleison Gomes.

A EFA entrou em atividade com aulas no ano de 2016, atendendo duas turmas de Ensino Fundamental (8º e 9º anos) e duas turmas de Ensino Médio Integrado ao curso técnico em Agroecologia (1º ano). A Figura 9 mostra os primeiros estudantes matriculados realizando aulas práticas na EFA Padre Josimo, juntamente com os professores, em processo de construção de horta.

Figura 9 - Estudantes e professores trabalhando na produção dos primeiros canteiros da horta da EFA Padre Josimo, no mês de abril de 2016.



Fonte: acervo fotográfico de Gleison Gomes.

As primeiras turmas do Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agroecologia se formaram no ano de 2018, momento de muito orgulho e realização para as famílias camponesas que lutaram para que seus filhos pudessem ter acesso a uma educação de qualidade e consonante com suas realidades (Figura 10).

Figura 10 - Primeiras turmas de Ensino Médio que ingressaram na EFA Padre Josimo se formando Técnicos em Agroecologia.



Fonte: acervo do autor.

Atualmente, a EFA Padre Josimo adota o sistema de pedagogia da alternância na oferta do Ensino Fundamental Anos Finais (7º ao 9º ano) e do curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. A alternância é realizada em duas etapas: uma semana na escola (Tempo Escola) e uma semana na comunidade (Tempo Comunidade). O ano letivo é dividido em 40 seções, com 20 Tempos Escola (TE) e 20 Tempos Comunidade (TC) (EFA Padre Josimo, 2023).

Referente ao curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio, possui uma carga horária total de 4.340 horas, das quais 200 horas são de Estágio Técnico, Metodológico e Social Supervisionado, com previsão de integralização do curso em três anos. A carga horária está distribuída da seguinte maneira: 70% de Tempo Escola e 30% de Tempo Comunidade, incluindo o Estágio Técnico, Metodológico e Social Supervisionado (EFA Padre Josimo, 2023).

Os estudantes matriculados na EFA Padre Josimo são filhos(as) de agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, com idades entre 11 a 25 anos, pertencentes aos municípios de São Miguel, Sítio Novo, Axixá, Augustinópolis, Araguaatins, Carrasco Bonito, São Sebastião, Buriti, Darcinópolis e Esperantina, todos do estado de Tocantins). Além disso, a EFA também atende comunidades dos estados do Pará e do Maranhão (EFA Padre Josimo, 2023).

A missão da EFA Padre Josimo é promover uma educação do campo de alta qualidade que garanta o acesso e a permanência com sucesso dos alunos na escola, realizando a sucessão e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais por meio da formação integral dos indivíduos que trabalham no campo, possibilitando também ingressarem numa formação em nível superior (EFA Padre Josimo, 2023). De 2018 a 2023 foram formados 154 estudantes Técnicos em Agroecologia na EFA Padre Josimo (SISTEC, 2023).

De acordo com dados disponibilizados pela secretaria escolar da EFA Padre Josimo, em 2024 foram matriculados 221 alunos na instituição: 87 no Ensino Fundamental Anos Finais e 134 no Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agroecologia (Quadro 1).

Quadro 1 - Distribuição de estudantes matriculados por séries na EFA Padre Josimo em 2024.

Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Turma	Quantidade de alunos	Turma	Quantidade de alunos
7º Ano	18	1ª Série “A”	36
8º Ano	30	1ª Série”B”	33
9º Ano “A”	20	2ª Série	34
9º Ano “B”	19	3ª Série	31
TOTAL	87	TOTAL	134

Fonte: elaboração do autor.

Já relacionado ao quadro de funcionários, a EFA Padre Josimo possui 60 funcionários. Deste total, 23 atuam como docentes em sala de aula, tendo como formação áreas de conhecimentos das disciplinas ofertadas no Ensino Fundamental e Médio (como História, Matemática, Letras, etc.) e, também, das Ciências Agrárias. Como mencionado no PPP (2019) os demais desenvolvem funções como: secretário geral; coordenador pedagógico; professor inspetor; coordenador do curso profissionalizante; coordenador de áreas; técnicos agrícolas; orientador educacional; apoio pedagógico; coordenador de apoio financeiro; auxiliar de apoio escolar; auxiliar de secretaria; auxiliar de serviços gerais.

Nos 07 alqueires da EFA encontram-se: salas de aula; centro de inclusão digital (laboratório de informática); biblioteca com acervo; sala de educadores/monitores (com

banheiro); sala de direção e secretaria (com banheiro); cozinha (com banheiro); refeitório; depósito para mantimentos; dormitórios masculinos; banheiro masculino anexo aos dormitórios; dormitórios femininos; banheiro feminino anexo aos dormitórios; banheiro feminino anexo às salas de aula; banheiro masculino anexo às salas de aula; lavanderia masculina; lavanderia feminina; galinheiro (galpão) com piquete de pastagem para as aves; horta; viveiro agroflorestal; áreas abertas (pátio e corredores); pocilga (chiqueiro); poço artesiano; pasto para ovinos e bovinos; aprisco; apiário; casa do mel; almoxarifado; sala das monitoras (EFA Padre Josimo, 2019).

4.2 Percepções e relações dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo com o cooperativismo

Essa seção consiste na análise do questionário diagnóstico sobre educação cooperativista aplicado em sala de aula com os estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, na disciplina de Redes Solidárias. Como mencionado anteriormente, o questionário diagnóstico teve como objetivo fazer um levantamento sobre os conhecimentos prévios acerca de cooperativismo e educação cooperativista e sobre possíveis vínculos com organização cooperativa.

Como já relatado, a turma da segunda série do curso Técnico em Agroecologia é constituída por 33 estudantes, dos quais 28 responderam ao questionário diagnóstico. Esse questionário foi respondido em sala de aula e 5 estudantes da turma não responderam por não estarem presentes no período de aplicação do questionário. Portanto, os resultados apresentados nesta seção referem-se à amostra de 28 estudantes.

Mas antes de tratar das questões diretamente relacionadas ao cooperativismo e à educação cooperativa, a partir do diagnóstico, também foi possível traçar o perfil dos estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia quanto ao gênero, à faixa etária, à identidade étnico-racial e aos municípios de residência.

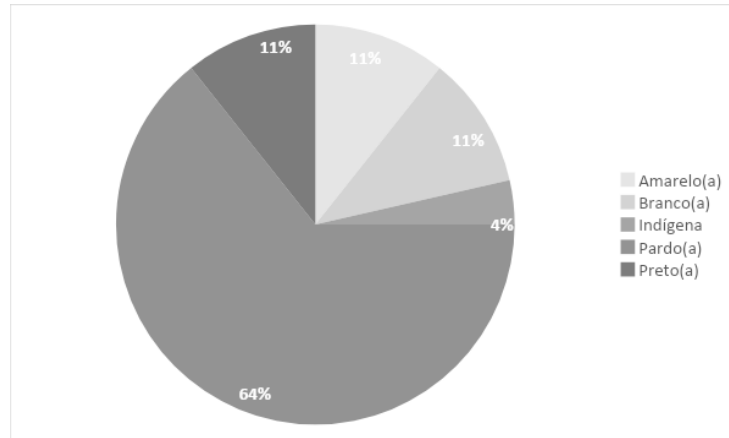
No que tange ao gênero, 19 estudantes se reconheceram como sendo do gênero masculino e 9 estudantes se reconheceram como sendo do gênero feminino. Em termos percentuais, isso equivale a 68,0% e 32,0%, respectivamente. Já a idade dos estudantes, variou de 16 a 22 anos, sendo que: 14 estudantes tinham 16 anos (50,0%); 9 estudantes tinham 17 anos (32,0%); 3 estudantes tinham 18 anos (11,0%); e 2 estudantes tinham 22 anos (7,0%).

Na Figura 11, abaixo apresentada, temos uma síntese da identificação étnico-racial dos estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo. Embora

se trate de uma categoria sociológica, a raça é essencial para compreender as relações sociais cotidianas, não somente em relação à experiência local, mas também na global, em termos de recursos e atributos de poder, experiências subjetivas, identidades coletivas, formas culturais, experiências e identidades coletivas, assim como formas culturais e sistemas de significação (Winant, 2001).

Dos estudantes que participaram da pesquisa, 18 se declararam pardos (64,0%) e 3 se declararam pretos (11,0%), isso significa que 75% dos estudantes se reconhecem como parte da população negra. Outros 3 se declararam amarelos (11,0%), 3 se declararam brancos (11,0%) e 1 indígena (4,0%). Sobre os 3 estudantes que se autodeclararam amarelos, 1 deles apresentava traços fenotípicos de descendência asiática. Já os outros 2 possivelmente se autodeclararam amarelos apenas por não compreenderem a si mesmos como brancos, mas sem apresentar fenótipos asiáticos.

Figura 11 – Perfil dos estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo em relação à identidade étnico-racial.

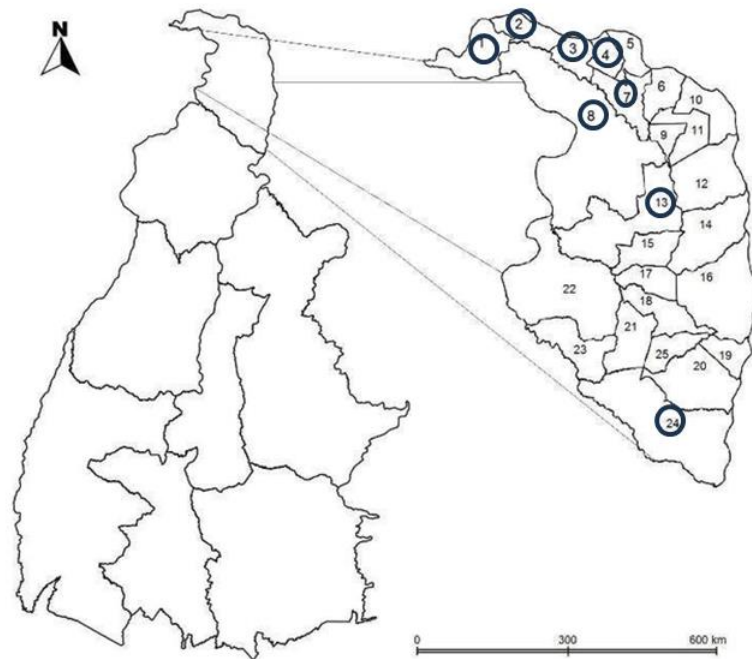


Fonte: elaborado pelo autor.

No que tange aos municípios de residência dos estudantes, os dados evidenciam que eles provêm de diferentes municípios que integram a região do Bico do Papagaio, sendo da área urbana e rural. Os municípios dos estudantes são: Esperantina (32,1%); Buriti do Tocantins (3,6%); São Sebastião (14,4%); Carrasco Bonito (7,2%); Augustinópolis (3,6%); Axixá do Tocantins (3,6%); Araguatins (18,0%). Também havia (3,6%) estudantes que informaram residir em uma fazenda no estado do Pará, sem indicação de município, e outros (13,9%) estudantes não declararam residência. A Figura 12 consiste em um mapa da região do Bico do

Papagaio com indicação dos municípios dos estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo.

Figura 12- Ilustração do mapa da região do Bico do Papagaio com seus municípios e indicação dos municípios de onde vêm os estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo.



Legenda: 1) Esperantina; 2) São Sebastião; 3) Buriti do Tocantins; 4) Carrasco Bonito; 7) Augustinópolis; 8) Araguatins; 9) Axixá do Tocantins; 13) São Bento; 24) Darcinópolis.

Fonte: Oliveira, Crestani e Strassburg (2016).

Quando questionados sobre o que entendiam como cooperativismo, os estudantes apontaram para um agrupamento de pessoas com visão conjunta de um objetivo comum. Os depoimentos abaixo ilustram essa concepção: *“cooperativismo é uma cooperação de pessoas que se unem para conquistar coisas que não conseguem sozinho”*; *“cooperativismo é diversas pessoas que se ajudam em prol dum objetivo benéfico para todos e que inclui a comunidade”*; *“cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na união de pessoas com interesses comuns”*.

Interessante que a síntese dos estudantes converge com os conceitos de cooperativismo trazidos pela literatura científica. Conforme Kochhann (2014), o cooperativismo é um modelo socioeconômico, uma filosofia de vida e um movimento que pode combinar desenvolvimento econômico com bem-estar social. Assim como Cruz (2002) afirma que o cooperativismo é um

sistema econômico- social, gerido sobre ideias coletivas, que visa atender às necessidades financeiras e promover a moral dos membros integrados.

Todavia, também existiram alguns estudantes que não souberam conceituar, não respondendo à pergunta. A partir disso podemos nos perguntar até que ponto esses estudantes, que são filhos e filhas de camponeses, que residem no Bico do Papagaio, que é uma região historicamente marcada por movimentos sociais e pela organização em associações e cooperativas, têm conhecimento da realidade histórica de sua região.

No momento que os estudantes foram indagados sobre o que entendiam como cooperativa, as respostas foram muitas semelhantes com a definição que trouxeram a respeito de cooperativismo: *“cooperativa é uma organização que tem como objetivo ajudar os pequenos produtores rurais”*; *“cooperativa é um grupo de pessoas que se unem para trabalharem juntos com um objetivo comum”*; *“cooperativa é um conjunto de conhecimentos em prol de um só objetivo”*; *“cooperativa é um grupo de pessoas se ajudando”*.

É notável que tais definições expostas pelos estudantes se vinculam com o conceito de cooperativa, já que a própria Organização das Cooperativas Brasileiras define que *“cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”* (OCB, 2014). Já para Safanelli *et al.* (2011, p.5) a cooperativa é uma associação de pessoas (físicas ou jurídicas), mas ela também é uma empresa econômica. Portanto, a cooperativa tem dupla finalidade, sendo um grupo de pessoas que compartilham interesses e como associação todos os associados têm os mesmos direitos e deveres, conforme estabelecido em seu estatuto.

Quando questionados sobre experiências com cooperativas, 23 estudantes relataram que não possuem experiência (82,0%), enquanto 5 afirmaram possuir algum tipo de experiência (18,0%). Para Alves, Silva e Bueno (2020), o desconhecimento a respeito do cooperativismo pode estar relacionado com a inexistência de uma cultura de comunicação em que os próprios cooperados possam ser agentes de educação cooperativista, informando a comunidade sobre essa forma de organização social e contribuindo para a expansão e consolidação do cooperativismo em uma dada região. Entre os estudantes com experiências prévias, o destaque foi para o auxílio que a organização promove no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar: *“foi uma experiência muito boa, pois nos ajuda muito, nós entregamos produtos para uma cooperativa”*.

Dessa forma, a experiência apresentada nos mostra a importância da atuação de cooperativas com a agricultura familiar, assim dialogando com Moraes e Schwab (2019, p.71), ao afirmarem que a inserção da “agricultura familiar nesse mercado se dá devido a classe se organizar em cooperativas, de crédito e de comercialização, que auxiliam os produtores na adequação às novas exigências sanitárias e disponibilizam investimentos em tecnologias de produção”. Nesse sentido, o cooperativismo no âmbito da agricultura familiar assume um papel muito importante de organizar a produção e comercialização dos agricultores familiares, inserindo os produtos nos mercados e possibilitando geração de renda aos envolvidos.

Tais autores acrescentam que as cooperativas são parceiras fundamentais na comercialização da produção da agricultura familiar, com destaque para o acesso aos mercados institucionais, buscando garantir o escoamento da produção, a geração de renda para as famílias e a segurança alimentar nas escolas que receberão os produtos (Moraes; Schwab, 2019).

Dos 5 estudantes já tinham experiências com cooperativas, 3 indicaram que as experiências haviam sido com a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais (COOAF-Bico), com sede em Esperantina/TO e 2 com a Cooperativa dos Agricultores da Reforma Agrária e de Pequenos Produtores (COOPERAMAZÔNIA), cuja sede fica no município de Cachoeirinha/ TO. Porém na região tem também a Cooperativa da Agricultura Familiar da Macaúba (COOPFAM), que são as três experiências de cooperativismo de agricultura familiar existentes na região do Bico do Papagaio.

Quando questionados se o cooperativismo é importante e por que, a maioria respondeu que sim, até mesmo aqueles que colocaram que não tem conhecimento sobre cooperativismo e nunca tiveram vivências com cooperativas. Nesse sentido, percebeu-se que os estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, mesmo não tendo familiaridade com a questão, reconhecem sua importância, o que leva a crer que em algum momento já tenha se deparado com a temática e com as suas vantagens em termos de organização social e econômica. Dentre as respostas sobre a importância do cooperativismo vindas dos estudantes, destaco: “*ajuda os agricultores pequenos que têm uma produção*”; “*dá chance dos pequenos agricultores crescerem na vida*”; “*promove união e recurso entre os membros*”.

As percepções dos estudantes sobre a importância do cooperativismo encontram respaldo no estudo de Ribeiro (2012), que defende que o cooperativismo se apresenta como uma alternativa interessante aos agricultores familiares, organizando, agregando valor,

comercializando e, de alguma forma, tentando inserir a produção em mercados locais, regionais e globais, constituindo-se como instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial.

Os estudantes também foram indagados se em suas famílias existiam pessoas associadas às cooperativas. Um grupo de 22 estudantes (78,6%) afirmou que em suas famílias não existiam associados a cooperativas. Outro grupo de 5 estudantes (17,9%) asseverou que em suas famílias existiam associados, sendo o pai a principal figura familiar responsável pelo laço com tais instituições. E 1 estudante não soube informar sobre a existência de cooperados em seu núcleo familiar (3,6%).

Em relação à experiência com educação cooperativista, 10 estudantes afirmaram que já tiveram, correspondendo (35,7%), e outro grupo de 17 estudantes declararam que não tiveram experiência representando (60,7%) e 1 estudante nada declarou (3,6%).

Os dados aqui apresentados mostram que, de maneira geral, os estudantes da 2ª série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, apesar de residirem e estudarem em uma região historicamente marcada pela atuação de movimentos sociais e por experiências de organização social de camponeses em associações e cooperativas, não possuíam muita familiaridade com o cooperativismo quando iniciaram a disciplina de Redes Solidárias. Apresentavam apenas breves noções do que se tratava.

Diante disso, a inserção da educação cooperativista no âmbito da formação dos técnicos em agroecologia, filhos e filhas de agricultores familiares do Bico do Papagaio, pode tornar-se uma aliada na propagação de conhecimentos sobre o tema e de estímulo à organização social dos agricultores, podendo repercutir em avanços econômicos, sociais e políticos para essas comunidades camponesas.

4.3 Potencialidades, limites e desafios pedagógicos do processo de inserção da educação cooperativista na formação de técnicos em Agroecologia da EFA Padre Josimo

A inserção da educação cooperativista no processo de ensino-aprendizagem do curso Técnico de Agroecologia da EFA Padre Josimo, foi realizada através do projeto de intervenção da pesquisa socioeducacional VII e estágio docência IV do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Realizei essas atividades no âmbito de uma disciplina chamada Redes Solidárias, que possui as seguintes competências e habilidades:

Ter habilidade para conhecer os conceitos de associativismo, cooperativismo e redes solidárias; habilidade para compreender a importância da organização em grupos; habilidade de entender o processo de formação de associação/cooperativa; reconhecer a importância das relações institucionais; habilidade para organizar diferentes ideias

em um coletivo de pessoas; competência para identificar potencialidades regionais para a criação de associações e cooperativas; compreender a legislação vigente a respeito da formação de associações e cooperativas; ser capaz de diferenciar associação de cooperativa; capacidade de estabelecer relações entre diferentes organizações; capacidade para gerir grupos produtivos (EFA Padre Josimo, 2021, p.17).

A disciplina de Redes Solidárias está organizada dentro das bases tecnológicas do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, com uma carga horária total de 20 horas anuais, apenas com aulas teóricas. É a única disciplina sobre associativismo e cooperativismo no currículo do curso Técnico em Agroecologia.

A execução do projeto de intervenção aconteceu de setembro a novembro de 2023, tendo a primeira aula no dia 18 de setembro de 2023 e a última em 30 de novembro de 2023. Visto que a EFA Padre Josimo funciona em alternância pedagógica, onde os estudantes passam uma semana na escola e outra em suas comunidades, as aulas da disciplina de Redes Solidárias totalizaram 17 aulas em 6 semanas de Tempo Escola e 3 aulas em 3 semanas de Tempo Comunidade. Desse total de aulas, o professor responsável pela disciplina ministrou 2 aulas, já as demais foram mediadas pelo próprio pesquisador.

Na sequência, selecionei algumas das atividades mais significativas realizadas no processo de intervenção pedagógica na disciplina de Redes Solidárias junto aos estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia para descrever as potencialidades, os limites e os desafios do processo de inserção da educação cooperativista na formação dos técnicos em Agroecologia.

Na segunda aula com a turma, na data de 19 de setembro de 2023, levei um texto intitulado “Em torno de conceitos e princípios de Desenvolvimento Rural”, que consiste em um documento referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o qual foi realizado em Brasília/DF, em abril de 2013 (MDA, 2013).

Propus a leitura do texto e um estudo dirigido que teve como objetivo provocar a compreensão de que o conceito de desenvolvimento rural não está ligado ao processo de modernização agrícola, nem à urbanização do campo. Mas sim, refere-se à criação de capacidades que possam melhorar a situação de vida da população rural, levando em conta os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos (MDA, 2013).

A ideia do texto foi apresentar aos estudantes os princípios básicos para a construção de um desenvolvimento rural através da democracia, solidariedade, inclusão, sustentabilidade, diversidade, igualdade e soberania. Princípios esses que se vinculam ao fortalecimento organizacional do associativismo e do cooperativismo nas comunidades rurais (MDA, 2013).

Vinculada à leitura do texto, propus aos estudantes uma atividade para ser realizada no Tempo Comunidade que consistiu em uma pesquisa sobre alguma associação encontrada em suas comunidades, descrevendo sua história e suas finalidades. Nessa atividade, procurei trabalhar com a pesquisa como um princípio educativo, sendo que quando se pensa e compreende a investigação como prática de construção, reconstrução, desejo de conhecer e de descoberta mediante uma prática planejada, possibilita ao indivíduo, construir conhecimento, tornando-o sujeito de sua própria história, sendo objetos e sujeitos da pesquisa.

Nas palavras de Minayo (2002), “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Por isso, a pesquisa é uma iniciativa para construir conhecimento a partir dos horizontes que são nos colocados, e isso é possível a partir de indagações, espaços que os educandos transitam e as dúvidas diante do que se objetiva.

A ideia desta atividade consistiu em provocar nos estudantes um primeiro olhar sobre a organização social coletiva em suas próprias realidades, facilitando o processo de introdução do conceito de cooperativismo e educação cooperativista, que aconteceria nas aulas vindouras.

Na aula seguinte, eles apresentaram os resultados da pesquisa realizada no Tempo Comunidade. Dentre as colocações na apresentação dos estudantes que realizaram a pesquisa, embora tenha trazido associações de suas comunidades, a maioria ressaltou que essas associações, na conjuntura atual, estavam desestruturadas ou mesmo inativas. Neste caso, ressaltei a importância da regularização das associações, inclusive para que possam acessar políticas públicas. E acrescentei que eles, enquanto estudantes do curso Técnico em Agroecologia, poderiam vir a contribuir com esse processo.

Posteriormente, em 05 de outubro de 2023, tivemos uma aula expositiva dialogada sobre o tema cooperativismo (Figura 13). Para essa aula, fiz uso de uma apresentação de slides, de computador e datashow. Na elaboração, utilizei alguns textos de apoio, oriundos do Portal Idea, Cooperativismo e Associativismo². Além disso, tratamos do conceito de cooperativismo, dos seus princípios, das vantagens do cooperativismo, dos marcos legais e da política agrícola para o cooperativismo e, também, do cooperativismo baseado na agricultura familiar e na economia solidária, diferenciando-o do cooperativismo com viés empresarial.

Esse último tema, em especial, merece contextualização, pois em meados da década de 1950 iniciaram-se mudanças significativas e o cooperativismo no Brasil adentrou a chamada fase empresarial. Dado o início da modernização da agricultura, através do avanço do sistema capitalista nas áreas rurais e da incorporação do pacote tecnológico nas atividades agropecuárias

² Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/9b85529f4ea744f14c8729d4232a971b.pdf>.

(sementes melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização e irrigação), o Estado reservou às cooperativas atividades na execução das políticas públicas voltadas à consolidação da modernização. Nesse sentido, incentivou o associativismo nas áreas rurais, distribuindo crédito às cooperativas agropecuárias. Mais tarde ainda, entre as décadas de 1960 e 1970, incentivou a expansão das cooperativas agropecuárias, não só em termos horizontais, mas também em termos verticais, promovendo a industrialização destas organizações (Alves, 2003).

Diante deste contexto de disseminação das cooperativas agropecuárias, durante o regime militar foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão máximo de representação do cooperativismo no âmbito nacional, datada de 1969, e foi elaborada a Lei n. 5.764 de 1971, detalhando a classificação, a constituição e o funcionamento das cooperativas. Esta Lei do Cooperativismo, como ficou conhecida, atribuiu uma estrutura rígida à organização das cooperativas e ao contrário de favorecer o seu desenvolvimento, acabou as condenando a dificuldades em sua constituição e funcionamento, centralizando-as e controlando-as, considerando sua submissão ao Estado (Rech, 2000).

Figura 13 - Aula expositiva-dialogada sobre cooperativismo no curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo.



Fonte: acervo do autor.

À elaboração da Lei do Cooperativismo, seguiu-se um cenário de reestruturação nas décadas de 1980 e 1990. A crise econômica no Brasil da década de 1980 desencadeou a extinção do crédito subsidiado às cooperativas agropecuárias, avocando as vulnerabilidades estruturais

destas organizações, que se mostraram inviáveis sem os estímulos financeiros do Estado, muitas delas decretando “liquidação” (sinônimo de falência no contexto do cooperativismo), sobretudo cooperativas agropecuárias de maior porte, que apresentavam o caráter empresarial de maneira mais acentuada (Alves, 2003).

Nesse sentido, não se pode negar que no Brasil, principalmente no ramo agropecuário, a associação em cooperativas serviu aos interesses do desenvolvimento do sistema capitalista nas áreas rurais e isso aconteceu em detrimento do desenvolvimento de outros ramos. Embora os pequenos produtores agropecuários constituíssem a maior parte do quadro social destas organizações, devido às facilidades de acesso ao crédito e à comercialização, a serviço da modernização da agricultura, as cooperativas agropecuárias contribuíram com a transformação destas pequenas propriedades, que deixaram de trabalhar com a policultura de subsistência e passaram a trabalhar com a monocultura de mercado (Alves, 2003).

Nesse mesmo sentido, conforme Gayger (2013), o tipo de cooperativismo agropecuário que desde então predomina no Brasil tem reproduzido o domínio de uma elite conservadora, voltada a uma economia basicamente agroexportadora. Esse quadro esteve amparado em uma política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores cooperados no meio rural. Ao contrário, o modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e para instalar a desconfiança entre os pequenos agricultores acerca do cooperativismo. Para esses agricultores, as cooperativas serviram décadas atrás como instrumentos coletivos de desenvolvimento econômico e de fortalecimento comunitário, mantendo-se acessíveis e próximas aos seus interesses. Já o cooperativismo agropecuário moderno converteu-se em um mecanismo de aliança empresarial, extremamente sensível ao poder econômico. Tais cooperativas resumiram-se a uma modalidade de empresa econômica, visando a reforçar o poder de classe dos produtores rurais e a garantir melhor barganha dos recursos públicos, do que decorreu sua forte dependência das políticas de governo e da habilidade de suas lideranças em transacionar com as forças políticas do Estado.

Com a Constituição Federal de 1988, foram realizadas algumas modificações no sistema cooperativista, inclusive a sua independência do Estado. Contudo, nota-se, ainda atualmente, que mesmo após a obtenção da autonomia, o cooperativismo ainda não conta com um meio eficaz de proceder seu próprio autocontrole (Bialoskorski Neto, 1998; Rech, 2000).

É importante ressaltar que esse cenário de crise do cooperativismo, sobretudo do cooperativismo agropecuário, desencadeou o desenvolvimento de experiências cooperativas diferenciadas, com a intenção de escapar do caráter empresarial vigente no cooperativismo

desde a metade do século XX, reestruturando-o. Nesse momento, também, outros ramos do cooperativismo começaram a se desenvolver com mais força, como foi o caso das cooperativas de trabalho. Estas experiências dedicaram-se a revitalizar o caráter de auxílio mútuo que deu origem ao cooperativismo: esse foi o contexto de ascensão da chamada economia solidária.

De acordo com Gayger (2013), no Brasil, a economia solidária começou a ser acionada da década de 1990 em diante, sendo vinculada com iniciativas econômicas de natureza cooperativa caracterizadas pela autogestão. Ao reclamar o envolvimento cotidiano de seus membros, estas iniciativas desencadearam a revitalização do ideário da solidariedade no seio da doutrina cooperativista.

Conforme Gayger (2013), entre outras vertentes, a economia solidária manifestou-se através de uma nova “classe” de cooperativas alinhadas em favor de um novo modelo construído na contramão das controvérsias do cooperativismo brasileiro, sobretudo referentes à sua natureza economicamente empresarial e politicamente conservadora, incoerente com seus princípios doutrinários e com seu desenvolvimento histórico. Como obra de trabalhadores cooperados, ele viria suplantando o cooperativismo tradicional e recuperar as cooperativas desvirtuadas pela centralização do poder ou criadas de modo fraudulento, como um estratagema empresarial de desoneração de custos sociais.

No início dessa aula, indaguei a turma sobre o que eles sabiam a respeito de cooperativismo. A resposta, basicamente, foi que o cooperativismo se refere a grupos de pessoas que se unem em busca de algum tipo de melhoria. Na sequência, introduzi a definição de cooperação do ponto de vista sociológico, baseado no Schimmelfenig (2010) explicando que a cooperação é uma estratégia de inclusão social, comprometida como uma ação conjugada onde os indivíduos se unem, formal ou informalmente, para alcançar o mesmo objetivo.

Na aula do dia 16 de outubro de 2023, o tema foi a cooperação para além das cooperativas. A aula foi conduzida com o auxílio de um roteiro de slides, computador e datashow. Com o auxílio do roteiro, conversamos sobre os conceitos de cooperativa, cooperação, cooperado e educação cooperativista (Figura 14), tentando vincular essas ideias à natureza e criar conexões com os conhecimentos técnicos da área da Agroecologia, de uma forma interdisciplinar.

Figura 14 - Aula expositiva- dialogada sobre cooperação para além das cooperativas no curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo.



Fonte: acervo do autor.

Ao iniciar a aula sobre cooperação para além das cooperativas, apresentei uma imagem de um sistema mandala³ e perguntei se retratava um exemplo de cooperação? Com isso, um aluno relatou que sim, porque as plantas mais resistentes protegiam as mais sensíveis, algumas plantas repeliam os insetos, outras protegiam do vento, etc. O professor Miquéias, responsável pela disciplina de Redes Solidárias, acrescentou que essas práticas ligadas à Agroecologia advêm de experiências milenares dos agricultores e que se relacionam com a ideia de cooperação.

Dessa maneira, no decorrer dessa aula, acionei conteúdos da Biologia, mais especificamente da Ecologia, para ilustrar a possibilidade de cooperação para além das cooperativas em si, como algo que faz parte da própria natureza, e não só dos seres humanos. Para Fazenda (2015, p.13), em uma perspectiva interdisciplinar de educação, como a que tentei implementar na referida aula, “as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração.”

As relações ecológicas consistem nas formas de interação que os seres vivos mantêm entre si, sendo classificadas de acordo com a sua ocorrência dentro de uma única espécie ou

³ Tipo de tecnologia social onde o cultivo vegetal e animal é consorciado e implementado em uma área de formato circular, tendo como objetivo o melhor aproveitamento dos recursos e da energia envolvida na produção.

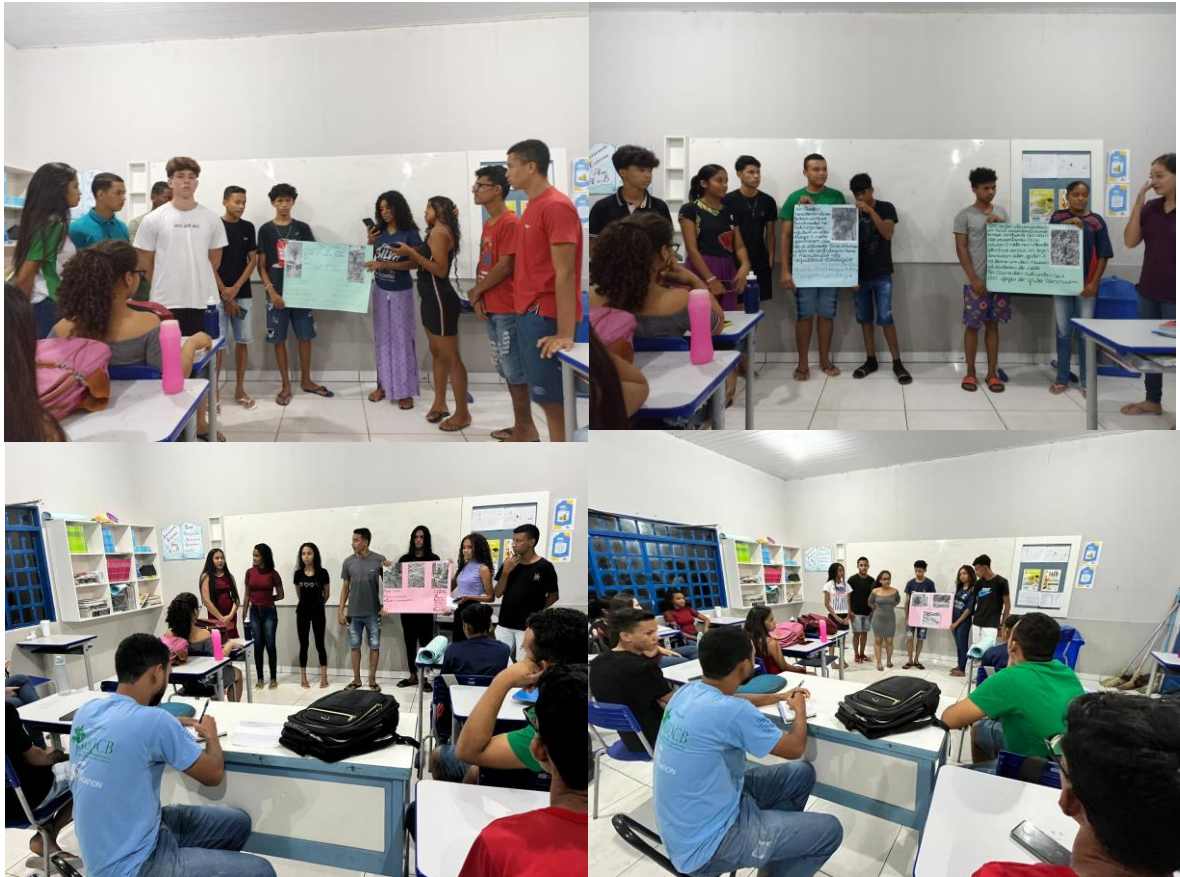
entre espécies e de acordo com a ocorrência de benefícios ou prejuízos para as espécies de seres vivos envolvidas na interação. Quando ocorrem entre indivíduos da mesma população são chamadas de relações ecológicas intraespecíficas e quando ocorrem entre indivíduos de espécies diferentes, são denominadas interespecíficas. Em somatório, quando essas interações não geram nenhum tipo de prejuízo para as espécies envolvidas, podendo até mesmo acarretar benefícios, são ditas relações ecológicas harmônicas. Já quando pelo menos uma das espécies sofre algum tipo de desvantagem ou prejuízo, são chamadas desarmônicas (Santos, 2017).

Com essa discussão, a intenção foi mostrar para os estudantes que as relações de cooperação estão presentes em toda a parte, inclusive na natureza. A partir disso, lancei a seguinte indagação para os estudantes: é possível pensar a cooperação para além das cooperativas? Muitos estudantes responderam “sim”, aos que lancei nova pergunta: onde? em quais locais? Nas respostas dos estudantes foram citados locais como: “*escola*”, “*comunidade*” e “*sociedade*”. Busquei complementar afirmando que também seria possível em outros locais que eles nem mesmo haviam citado, como igreja, universidade, associação, sindicato, etc., explicando que em qualquer local em que nós transitamos e interagimos é possível haver cooperação.

Na aula, em 17 de outubro de 2023, propus aos estudantes realizarem uma prática de campo no ambiente da área da EFA, em continuidade à discussão interdisciplinar de cooperação relacionada à natureza. Com isso, foi feita a divisão dos 32 estudantes em 4 grupos, com 8 componentes cada. Em seguida entreguei o roteiro referente à atividade de campo, solicitando que cada grupo identificasse dois tipos de interação cooperativista no ambiente da escola, que tirassem fotos e descrevessem como acontece o processo de cooperação. Por fim, esses dados teriam que ser sistematizados numa cartolina e apresentados na próxima aula.

Na aula realizada em 19 de outubro de 2023, os estudantes fizeram a apresentação de trabalho em grupo que havia sido encaminhado em aula anterior, utilizando a metodologia de ensino-aprendizagem de sala de aula invertida. Cada grupo teve disponível 10 minutos para realizar as apresentações. Referente às formas de apresentação, propus aos grupos apresentarem com uso de cartolina, explicando oralmente, tendo também o uso do celular para ler conceitos para poder explicar os conceitos. Na Figura 15, temos algumas fotografias das apresentações dos grupos.

Figura 15 - Apresentação dos trabalhos em grupo sobre cooperação a partir de um olhar a respeito das relações ecológicas interespecíficas harmônicas.



Fonte: acervo do autor.

Desse modo, como já mencionado, cada grupo de estudantes deveria estudar e apresentar dois tipos de relação ecológica harmônica interespecífica. As escolhidas por eles foram: grilos e solo; samambaia e palmeira de coco babaçu; abelhas e flores; cacauzeiros e bananeiras em sistema agroflorestral.

Ao propor aos estudantes este conteúdo e posteriormente uma atividade prática foi no sentido de auxiliar eles no entendimento que para se alcançar sustentabilidade social, ambiental e econômica por meio do cooperativismo, é necessário valorizar e levar em conta as interações ecológicas que nem sempre são vistas, mas estão presentes no meio onde vivemos, tendo assim uma importância significativa no que tange à cooperação para produzirmos alimentos, para mantermos os solos férteis, etc. Acredito que trazer essa temática integrada à Educação do Campo, de forma interdisciplinar, possibilitou a compreensão da cooperação para além das cooperativas, entendendo que ela está presente onde transitamos a partir da construção humana

na relação com o ambiente social, ambiental, cultural e econômico. Também acredito que essa integração do conteúdo teórico sobre educação cooperativista com a aula prática de campo, ajudou que os estudantes compreendessem a importância da cooperação para além das cooperativas.

Na nona aula, realizada em 31 de outubro de 2023, dividi os estudantes em 5 grupos com 6 componentes cada para realizarmos uma atividade de pesquisa em campo em grupos, tendo a própria EFA Padre Josimo como nosso universo de análise. O objetivo da pesquisa consistiu em observar os diferentes setores da escola e identificar, em qualquer um deles, algum problema ou ponto frágil merecedor de melhorias. Feita essa identificação, os estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia tiveram de pensar e propor soluções de cunho cooperativo para tentar minimizar ou resolver aquilo que foi apontado no diagnóstico.

Para realizar essa atividade, eu apresentei para os estudantes uma metodologia participativa de mobilização social muito utilizada nos serviços de extensão rural, conhecida como árvore de problemas. De acordo com Verdejo (2006), a árvore de problemas é uma ferramenta que serve para analisar as relações de causa-efeito de vários aspectos de um problema previamente identificado. A metodologia consiste em desenhar uma árvore com raízes, tronco e copa para melhor compreensão do problema em questão, posto que: as raízes da árvore irão representar as causas do problema; o tronco será a representação do próprio problema; e a copa representará os efeitos gerados pelo problema, suas consequências. Nesse sentido, a ferramenta serve para identificar e analisar um problema com a finalidade de reconhecer suas causas e seus efeitos, os quais serão o ponto de partida para a busca de soluções.

Na Figura 16, abaixo apresentada, é possível visualizar fotografias que mostram os diferentes grupos de estudantes analisando o problema identificado por meio da metodologia da árvore de problemas.

Figura 16 - Estudantes do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo utilizando a metodologia da árvore de problemas em atividade de pesquisa da disciplina de Redes Solidárias.



Fonte: acervo do autor.

Na aula do dia 02 de novembro de 2023, realizamos as apresentações da atividade dos grupos sobre a aula de campo. Um dos grupos trouxe como problema uma roça localizada na área da escola em que foi realizada a prática de “*roço e queima*”. A partir disso, com os conhecimentos técnicos da Agroecologia, discutiram sobre as consequências dessa prática para o ar, o solo e a temperatura, apontando a liberação de gás carbônico, a elevação da temperatura e a morte dos componentes biológicos do solo, como macro e microfauna, além de afetar a ciclagem de nutrientes químicos. A solução pensada pelo grupo foi a substituição dessa prática por outras, mais sustentáveis, como o plantio direto, por exemplo. E dessa maneira, conseguiram vincular a ideia de cooperação, de coletividade e de solidariedade à uma situação prática da produção agrícola. Outro grupo identificou um problema no setor de suinocultura: o despejo dos dejetos dos suínos no ambiente, gerando aportes excessivos de nutrientes no ambiente, a ponto de impactar na saúde humana. A solução cooperativa pensada por eles foi a construção de um biodigestor para reutilização dos dejetos como fertilizantes em outros setores da EFA, como o da horta e o da fruticultura. Esses são apenas dois exemplos de como os

estudantes desenvolveram seus raciocínios diante da atividade proposta.

Na aula desenvolvida em 30 de novembro de 2023, fizemos uma visita a uma cooperativa, o que deixou os estudantes muito curiosos, interessados e felizes. O objetivo da visita foi propiciar que os estudantes da segunda série do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo conhecessem uma cooperativa na prática, para compreender suas finalidades e seu funcionamento.

Nesse sentido, a cooperativa escolhida para visitarmos foi a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares, Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina (COOAF-Bico). Fomos recebidos pela presidenta da cooperativa, que realizou uma visita guiada, nos apresentando a história de criação da COOAF-Bico, seus ramos, os municípios de abrangência, os principais mercados que acessa, sua estrutura e seus parceiros. Dentre os estudantes, apenas um já conhecia a cooperativa por ser filho de uma associada (em termos percentuais, isso significa que apenas aproximadamente 3,1% da turma conhecia a cooperativa, que tem inserção regional no local onde vivem e estudam). A partir da fala da presidenta, os demais estudantes se interessaram em saber como poderiam se tornar associados da organização.

Na sequência, a visita teve continuidade na área de agroindústria, onde é realizado o processamento de polpas de frutas. Também nessa etapa a curiosidade dos estudantes foi aguçada e eles fizeram inúmeras perguntas: sobre as funções dos equipamentos da agroindústria; sobre os preços de comercialização das polpas produzidas; etc. (Figura 17).

Figura 17 - Visita dos estudantes da disciplina de Redes Solidárias do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo à COOAF-Bico, em Esperantina/TO



Fonte: acervo do autor.

A COOAF-Bico está localizada em Esperantina-TO. De acordo com a presidenta, Maria Senhora Carvalho da Silva, a cooperativa foi fundada em 2007 e surgiu a partir da criação de grupos de trabalho nas comunidades: “*o grupo do mel, do frango, do peixe e da farinha*”. Depois da criação desses grupos, as comunidades começaram a ter esses produtos disponíveis em quantidades para além da subsistência, porém não tinham como realizar a comercialização. O sindicato não poderia comercializar e as comunidades não dispunham de outras organizações para realizar a comercialização.

À vista deste gargalo, os grupos iniciaram o planejamento estratégico do processo de criação da cooperativa, tendo como objetivo organizar a produção e comercialização advindas das comunidades. Durante esse processo vieram a contribuir diversas lideranças locais e regionais, dentre eles políticos e servidores públicos. Após a finalização da fundação, tendo em vista que a maioria não tinha familiaridade com cooperativismo, se associaram à cooperativa agricultores, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, servidores públicos, entre outros. Porém, depois de um conhecimento mais aprofundado sobre cooperativas, muitos sócios

tiveram que efetuar o desligamento, pois não se enquadraram no perfil desejado pelo ramo cooperativo da COOAF-Bico.

Segundo Maria Senhora: “*tinha uma proposta de associar uma colônia de pescadores na cooperativa, para facilitar a comercialização dos peixes, no entanto isso nunca foi colocado em prática*”. Com isso, apesar do nome da cooperativa levar o termo pescadores, ela não comercializa peixes. Também não comercializa produtos artesanais e nem outros produtos de origem animal, devido às dificuldades da regularização sanitária.

Conforme o Estatuto Social da COOAF-Bico, do ano de 2007, seu objetivo, baseado na cooperação recíproca, consiste na defesa econômico-social-cultural dos cooperados, mediante a organização dos sistemas de produção agroecológica e comercialização dos produtos derivados.

Diante de minhas experiências na região, integrando o quadro de sócio da COOAF-Bico, a cooperativa está vinculada ao ramo agropecuário com enfoque na produção e comercialização agroecológica, tendo como principais produtos: polpas de frutas, azeite de coco babaçu, farinha e amendoim. Também trabalha com outros produtos, tais como: inhame, milho, feijão, corante, hortaliças, citros, abacate, abóbora, tapioca, massa de puba, macaxeira, coco verde, banana, etc.

A partir de minhas observações no universo de análise da minha vivência em trabalhos desenvolvidos na cooperativa, a produção procedente da cooperativa é comercializada via mercados institucionais, como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através do projeto de compra com doação simultânea (CDS) operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e também por meio do mercado atravessador.

Atualmente, além do município de Esperantina, a cooperativa abrange os municípios de São Sebastião e Araguatins/TO. Dessa forma, segundo o acervo de ficha de associados de 2024, a cooperativa possui 37 sócios de várias comunidades localizadas nos municípios citados. Conforme Parreiras (2007) e Nunes *et al.* (2015), os agricultores familiares associados a cooperativas podem aumentar suas atividades produtivas e agregar valor por meio de suas agroindústrias de pequeno porte e, especialmente, na diversificação das formas de entrar no mercado por meio de suas organizações coletivas.

Vale destacar que a COOAF-Bico é filiada à Unicafe Estadual do Estado do Tocantins. A Unicafe é a União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, entidade que articula e organiza as experiências agropecuárias que não encontram apoio no

cooperativismo tradicional. Seus interesses concentram-se em defender a legislação cooperativista e programas que venham a beneficiar os cooperados e seus empreendimentos solidários, estabelecer estratégias de marketing e comunicação, bem como elaborar e apoiar a execução de processos inclusivos e formativos, articular junto aos órgãos públicos e privados os procedimentos de acesso ao mercado, desenvolvendo e assessorando a implantação de ferramentas de gestão e estratégias para a sustentabilidade das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária (Alves; Saquet, 2014).

Ao final do processo de intervenção pedagógica, em minha última aula com a turma, propus uma avaliação coletiva sobre as atividades desenvolvidas, questionando quais os principais aprendizados e o que poderia melhorar. Os principais aspectos que agradaram e foram significativos para os estudantes foram: as articulações entre teoria e prática; as atividades com sala de aula invertida, onde eles eram os protagonistas da construção do conhecimento; e a visita à cooperativa.

De maneira sucinta, foi possível notar que a inserção da educação cooperativista na formação dos técnicos em Agroecologia da EFA Padre Josimo apresenta inúmeras potencialidades, por se tratar de um tema que faz parte da realidade social das famílias camponesas que integram a comunidade escolar, apesar de ainda existir um certo distanciamento dos mais jovens a respeito do tema. Todavia, dentro de um curso técnico profissionalizante, o desenvolvimento de conhecimentos sobre cooperação e cooperativismo é interessante não apenas para a construção de uma cultura de solidariedade entre as pessoas, mas também é uma possibilidade de futuro em termos de organização social e de inserção trabalhista para esses estudantes, seja como agricultores cooperados, seja como técnicos de cooperativas.

Mas é claro que alguns limites também foram percebidos no processo da intervenção pedagógica. Para além de questões gerais referentes às dinâmicas de sala de aula, o limite mais marcante é que, em termos curriculares, apenas a disciplina de Redes Solidárias tem aberto a possibilidade de diálogo com a educação cooperativista, por tratar efetivamente de conteúdos relativos à associativismo, cooperativismo e economia solidária.

Já os desafios são variados. Mas na minha percepção no decorrer dessa experiência docente, a região do Bico do Papagaio carece de incentivos para os jovens rurais a respeito do cooperativismo, que pode ser um aliado nos processos de sucessão geracional no âmbito das unidades de produção familiares. Contudo esse estímulo não poderá ser garantido a partir de ações isoladas em uma única disciplina de um curso, apesar da experiência da intervenção pedagógica ter sido interessante e produtiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando foi iniciada minha pesquisa, me propus a problematizar a Educação Cooperativista na formação de técnicos em agroecologia da EFA Padre Josimo, partindo da seguinte pergunta: como o cooperativismo pode contribuir para o processo de formação dos técnicos em agroecologia na EFA Padre Josimo, em Esperantina/TO?

Essa pergunta foi colocada considerando que a EFA Padre Josimo e seu curso Técnico em Agroecologia foram criados a partir das lutas dos camponeses da região do Bico do Papagaio (organizados em movimentos sociais), pelo acesso e permanência na terra, associada à luta por direitos sociais, entre os quais a educação. A criação da escola e do curso adveio de uma demanda das comunidades da região por uma educação contextualizada à realidade do campo.

Mas apesar do histórico da região do Bico do Papagaio ser caracterizado por diferentes formas de organização social dos camponeses (a partir da cooperação e povoação amazônica durante os conflitos agrários e desenvolvimento regional), tendo também no próprio município sede da EFA Padre Josimo uma cooperativa do campesinato, os estudantes do curso Técnico em Agroecologia, que residem e estudam na região, inicialmente apresentaram pouca proximidade com o tema do cooperativismo, tendo apenas uma compreensão geral a respeito. De 28 estudantes questionados, apenas 5 afirmaram que já haviam tido algum tipo de contato com organizações cooperativas e apenas 5 informaram que existiam pessoas cooperadas em seus núcleos familiares.

Nesse sentido, fica notável que essa falta de relação com o cooperativismo está relacionado com uma realidade diferente vivenciada pelos pais e atuais estudantes da EFA Padre Josimo, onde essa realidade se distancia das experiências vivenciadas por outros indivíduos durante todo o processo de organização e cooperação dos movimentos sociais na luta pela terra, por políticas públicas e atualmente na atuação em cooperativas.

Mas isso também reflete uma falta de entendimento por parte dos estudantes de que tais práticas que eles desenvolvem no meio escolar são experiências em educação cooperativista, dentre elas destaco; a participação no curso formação de Jovens em Comunicação e Justiça Climática realizado em parceria com o Vozes do Tocantins por Justiça Climática Justa; a participação e contribuições na jornada agroecológica da EFA Padre Josimo. E para além disso, as experiências em práticas de cooperação vivenciadas através do tempo comunidade, onde os estudantes mantêm uma relação de troca mútua entre os conhecimentos que se constroem na escola levando-os para serem aplicados nas comunidades, possibilitando também serem

utilizados em outros ambientes que eles transitam, assim contribuindo como agentes comunitários.

No âmbito da disciplina de Redes Solidárias do curso Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo, foi possível inserir temáticas relacionadas ao cooperativismo de forma contextualizada à realidade regional, com foco na agricultura familiar, a partir de aulas teóricas e práticas, incluindo a visita em uma cooperativa de grupos camponeses, com manifestação de interesse por parte dos estudantes.

Dentro de um curso técnico profissionalizante, o desenvolvimento de conhecimentos sobre cooperação e cooperativismo é interessante não apenas para a construção de uma cultura de solidariedade entre as pessoas, mas também é uma possibilidade de futuro em termos de organização social e de inserção trabalhista para esses estudantes, seja como agricultores cooperados, seja como técnicos de cooperativas.

Todavia, para que o cooperativismo possa trazer mais contribuições no processo de formação dos técnicos em agroecologia, seria necessário que sua inserção extrapolasse a disciplina de Redes Solidárias, sendo incluído também em outras disciplinas, como biologia, filosofia, história, sociologia, agroindústria familiar, edafologia e fertilidade do solo e extensão rural, de forma interdisciplinar, de acordo com as temáticas proposta no plano de curso do Técnico em Agroecologia da EFA Padre Josimo. Isso porque a região do Bico do Papagaio carece de incentivos para os jovens rurais a respeito do cooperativismo, que pode ser um aliado nos processos de sucessão geracional no âmbito das unidades de produção familiares.

Contudo, esse estímulo não poderá ser garantido a partir de ações isoladas em uma única disciplina de um curso, apesar da experiência da intervenção pedagógica ter sido interessante, produtiva e mostrado que o cooperativismo tem muito a contribuir na formação desses futuros profissionais. Por isso, é importante a escola pensar de forma transversal a inserção da educação cooperativista levando em conta a interdisciplinaridade, podendo desenvolver novas experiências de educação cooperativista de forma pedagogicamente planejada, como também não institucionalizadas; dentre elas, visitas em cooperativas, realização de parcerias entre as cooperativas e universidades para concretização de seminários sobre cooperativismo, trabalhos de campos sobre mapeamento da produção e comercialização da agricultura familiar via cooperativas, produção de cartilhas sobre a atuação do cooperativismo na região do Bico do Papagaio, como também realização de feiras na própria escola com parceria e presença dos agricultores familiares cooperados em cooperativas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F. dos S. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. **Ciência & Trópico**, v. 39, n. 2, p. 41-72, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1567/1274>. Acesso em: 19 fev. 2024.
- ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Sem Local: BRDE, 2003.
- ALVES, A. F.; SAQUET, M. A. La reproducción de las cooperativas de agricultura familiar y economía solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economía solidaria. **Perfil de Coyuntura Económica**, n. 23, p. 125-144, jul. 2014.
- ALVES, L. L.; SILVA, A. C.; BUENO, M. P. Cooperativismo agropecuário: benefícios e desafios. **Revista Fafibe On-line**, v. 13, n.1, p. 22-48, 2020.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ARROYO. M. G.; CALDART. R. S.; MOLINA. M. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- ARRUDA, M. R. S. **Fazendo-se Umbandista no Norte do Tocantins: a história de vida de Maria Luíza da Conceição**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Ensaio em cooperativismo**. São Paulo: USP, 1998.
- BIOLCHI, D. O. *et al.* Os Princípios Cooperativistas e a Interdisciplinaridade Presentes em uma Cooperativa Escolar. **Revista GESTO**, v. 10, n. 1, p. 37-54, 2022.
- BOESSIO, A. T. **Educação Cooperativa e Ação Social: o caso do programa a União Faz a Vida**. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- BRANDÃO, C. R. **Método de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO: documento orientador**. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo: Brasília, 2013.
- CARDOSO, N. S. S.; SILVA, C. da. A terra, a luta e a implantação da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo no Estado do Tocantins, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e873986339, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6339/5964>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CRUZ, P. S. A. **Cooperativismo**. Rio de Janeiro: COP Editora, 1999.

CRUZ, P. S. A. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cop Editora Ltda, 2002.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007.

DREBES, L. M.; SANTOS, T. K. L. dos. Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS. **Interações**, v. 24, n.2, p. 635-649, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/kJ84GbddZxCqkSKfZSsg6Nt/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

EFA PADRE JOSIMO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo**. Esperantina,TO: EFA Padre Josimo, 2019.

EFA PADRE JOSIMO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo**. Esperantina,TO: EFA Padre Josimo, 2021.

EFA PADRE JOSIMO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo**. Esperantina,TO: EFA Padre Josimo, 2023.

ETGETO, A. A. *et al.* Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito do Brasil. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2005.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. **Revista Interdisciplinaridade**, n. 6, p. 9-17, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

FERREIRA, G. M. V.; SILVA, D. F. da. **Educação Cooperativista**. Santa Maria: UFSM; Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.centroleite.com.br/arquivos/downloads/outubro-2022-educacao-cooperativista-compressed-19671718.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P.; SOUSA, D. N. de. Os públicos atendidos e os conteúdos da educação cooperativista nas cooperativas agrárias. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, v. 9, n.1, p. 67-90, jan./mar., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v9i1.871>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FERREIRA, P. R.; NEVES DE SOUSA, D. Educação cooperativista: aprofundando o conceito. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 27, n. 2, p. 1-32, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.02.04>. Acesso em 05 fev. 2024.

FRANÇA, C. G. *et al.* Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária. In: BOJANIC, A. J. (Org.). **Superação da fome e da pobreza rural**. Brasília: FAO, 2016. p. 103-136.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, v.3, n.6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

FRANTZ, W.; SCHÖNARDIE, P. A. Educação em práticas cooperativas. **Revista Educação Popular**, n. 2, v. 15, p. 19-34, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312407188_Educacao_em_praticas_cooperativas. Acesso em: 17 jun. 2022.

FRARE, J. C.; SEMINOTTI, J. J. Educação à distância: uma possível contribuição para a educação cooperativista. **Momento Diálogos em Educação**, v. 31, n. 2, p. 646-670, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/momento/article/view/13804/9714>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GAYGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013.

GOMES, M. P. Metodologia. In: GOMES, M. P. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-67.

IBGE. CIDADES. **Tocantins - Esperantina: Panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/esperantina/panorama>. Acesso em: 5 fev. 2024.

KOCHHANN, V. R. **Introdução ao Cooperativismo**. Santa Maria, RS: Colégio Politécnico da UFSM, 2014.

LAGO, A. Educação cooperativa: a experiência do programa do SICREDI “A união faz a vida”. In: CONGRESSO DA SOBER, 46., 2008, Acre. **Anais [...]**. Acre: SOBER, 2008.

MARTINS, R. C.; BRENZAN, C. K. M. A importância da educação cooperativista no SICREDI fronteira: um estudo de caso. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CONTABILIDADE, 2., 2014, Ponta Porã. **Anais [...]**. Ponta Porã: UEMS, 2014.

MDA. Diálogo em torno de conceitos e princípios. In: MDA. **2º Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, DF: MDA, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, G. A.; SANTOS, M. J. dos; CARNIELLO, M. F. Bico do Papagaio: território e desenvolvimento regional (1930-1990). **Informe GEPEC**, v. 27, n. 2, p. 182-268, 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/30861/22174>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, v. 49, p. 67-79, 2019.

NUNES, E. M. *et al.* Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a projetos de infraestrutura (PROINF) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015.

OCB. **Forma ideal de organização.** 2014. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em: 10 fev. 2024.

OLIVEIRA, N. M.; CRESTANI, L. A.; STRASSBURG, U. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista Ideas**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2582/1/Artigo%20de%20Peri%c3%b3dico%20-%20Conflitos%20Agr%c3%a1rios%20no%20Bico%20do%20Papagaio%2cTocantins.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

PARREIRAS, L. E. **Negócios Solidários em Cadeias Produtivas Protagonismo Coletivo e Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: IPEA/ANPEC/Fundação Banco do Brasil, 2007. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livrocompleto2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PINHO, D. B. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira In: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília, DF: UNISINOS, 2003. p.135-77.

RECH, D. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, M. Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa. **Perspectiva**, v. 22, n. 01, p. 167-194, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10095/9316>. Acesso em: 04 fev. 2024.

RIBEIRO, K. Á. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2., 2012, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: SESCOOP, 2012. Disponível em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBCP_Avila_Ribeiro.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

RODRIGUES, R. **Cooperativismo:** surfando a segunda onda. São Paulo: [s.e.], 2008.

SAFANELLI, A. *et al.* A educação cooperativa: valorização do ser humano. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis; UFSC, 2011. p. 1-14.

SANTOS, V. dos; NASCIMENTO, M. R. V. do. O diálogo como caminho para a produção cooperativa de aprendizagem. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”**, n. 1, jul. 2005.

SANTOS, L. M. **O conteúdo relações ecológicas em sites educativos:** uma análise dos aspectos pedagógicos e estruturais. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017. Disponível

em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9884/2/Luma_Marques_Santos.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

SANTOS, L. L. dos. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016.** 170 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2019. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/3191/1/LUCIANO_LAURINDO.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

SCHIMMELFENIG, C. Cooperativismo de crédito: uma tendência. Revista RACI, v. 5, n. 10, Jan./Jun.2010.Disponível em:http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/84_1.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** Brasília: Unisinos, 2003. p. 13-58.

SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v.1, n.1, p. 33-48, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SILVA, M. C. G. da. **Os pressupostos filosóficos da educação cooperativista no estado de São Paulo (1989 – 2011):** matrizes pedagógicas e contradições institucionais e políticas. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SILVA, C. M. da; SILVA, P.; BARROS, W. F. C. Educação cooperativista: uma analogia entre o programa “A união faz a vida” e o “PEC–Programa de Educação Cooperativista”. **Revista Científica do ITPAC**, v. 6, n. 4, s./p., out. 2013. Disponível em: <https://s3.us-east-1.amazonaws.com/assets.unitpac.com.br/arquivos/revista/64/10.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SISTEC. **Dados cadastrais com total dos estudantes formados em técnicos em agroecologia na EFA Padre Josimo.** 2024. Disponível em: sistec.mec.gov.br/index#. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio - Tocantins:** um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 188f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/tede/663/1/2009%20-%20Zar%20Augusto%20Brum%20Soares.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.

VALADARES, J. H. **Estratégias de educação para a cooperação.** Rio de Janeiro: FGV MBA em Gestão Empresarial de Cooperativas, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: Guia Prático DRP. MDA: Brasília, 2006.

VIEIRA, R. L. **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária/ São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.59-60.

WINANT, H. **The worlds is a Ghetto**: Race and Democracy Since World War II. New York: Basic Books, 2001.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - ESTUDANTES

Identificação

- 1) Gênero (marcar apenas um parêntese): Feminino Masculino Prefiro não dizer Outro: _____
- 2) Com relação à identificação étnico-racial, você se autodeclara (marcar apenas um parêntese): Amarelo(a) Branco(a) Indígena Pardo(a) Preto(a) Outro: _____
- 3) Idade em anos (escreva utilizando números): _____
- 4) Em qual comunidade reside? _____

Sobre educação cooperativista

- 5) Descreva o que você compreende sobre “Cooperativismo”: _____

- 6) O que você entende por cooperativa? _____

- 7) Você já teve alguma experiência com alguma cooperativa (marcar apenas um parêntese)? Sim Não
- 8) Se sim, qual(is) cooperativa(s)? _____

- 9) Esta(s) experiência(s) foi(foram) (marcar apenas um parêntese):
 Principalmente, positiva Principalmente, negativa Neutras (não despertaram sentimentos positivos ou negativos)
- 10) Descreva como foi(foram) esta(s) experiência(s): _____

- 11) Para você, o cooperativismo é importante? Por quê? _____

12) Você ou alguém da família é associado de alguma cooperativa (marcar apenas um parêntese)? () Sim () Não

13) Se sim, qual? _____

14) Você já teve alguma experiência com a educação cooperativista (marcar apenas um parêntese)? () Sim () Não

15) Se sim, onde? _____